



Anais da Assembléia

Nº 136

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 05 DE DEZEMBRO DE 1978

ANO IV

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8.ª LEGISLATURA

ATA DA 126.ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 5 DE DEZEMBRO DE 1978.

TERÇA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Jurandir Messias, secretariada pelos Senhores Deputados Lineu Turra e Edilson Alencar.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielse Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Aguiinaldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Manoel Gaona, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerogativas regimentais, respeitosamente requer, após ouvido o douto Plenário desta Casa, seja consignado voto de pesar, pelo falecimento do Sr. THEODORO COLOMBELLI, ocorrido recentemente na cidade de Cascavel.

Sala das Sessões, em 5 de dezembro de 1978.

(a) Fidelcino Tolentino.

JUSTIFICATIVA:

Pertencente a uma família cujo nome está intimamente ligado ao surgimento e à história de Cascavel, Theodoro Colombelli, foi um dos pioneiros do município, tornando-se um homem de projeção da sociedade cascavelense. Ex-vice-prefeito daquele progressista município, destacou-se como bravo lutador pela conquista do civismo, da autonomia e do desenvolvimento regional.

O seu passamento deixa consternada não só a população de Cascavel, mas de todo o oeste paranaense, e, como representantes daquela região, sentimo-nos no dever de externar aqui, nosso profundo pesar e nossa inteira solidariedade aos seus familiares.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer que esta Presidência, com a devida aprovação do Plenário, consigne na ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar, pelo falecimento do sr. Jacob Kuper, ocorrido em data de ontem, nesta Capital.

O extinto era pessoa de elevado conceito em nossa comunidade e o seu passamento causou grande consternação.

Outrossim, requer igualmente, que este ato seja comunicado à família enlutada.

Sala das Sessões, em 5 de dezembro de 1978.

(a) David Federmann.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer expressa manifestação da Casa, para formalizar VOTO DE PROTESTO, contra a anunciada venda das reservas florestais da região amazônica — sob forma de venda por contratos de risco, requerendo-se que da decisão se encaminhe expediente à Presidência da República e Ministério da Agricultura.

Sala das Sessões, em 5 de dezembro de 1978.

(a) Nilso Sguarezi.

JUSTIFICATIVA:

O Estado do Paraná, vítima da mais indiscriminada devastação florestal já ocorrida no território nacional, é testemunha ocular e marco presente do processo de destruição ecológica a que a ganância de alguns e a imprevidência de outros causou ao solo paranaense.

Hoje, recursos inestimáveis são aplicados no combate à erosão que corroee as terras paranaenses.

Amanhã, se concretizada a ameaça que paira sobre a região amazônica, será lá que o Brasil, enterrará suas economias para salvar o que a natureza levou milhões de anos, para construir.

Nada, absolutamente nada, pode justificar a venda das reservas florestais amazônicas para serem destruídas. É o pulmão de oxigênio do mundo que precisa ser preservado. Basta a predatória devastação que empresas nacionais e alienígenas vêm efetuando, basta a entrega de grandes e imensas áreas de terras para estrangeiros, enquanto mais de quatrocentos mil brasileiros emigraram ao Paraguai para conseguirem terras.—

REQUERIMENTO.

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, o ARQUIVAMENTO DO PROJETO DE LEI N.º 52/77, de sua autoria, e que visa autorizar o Chefe do Poder Executivo a fixar a estrutura, definir competência e adotar demais providências com relação à Procuradoria Geral do Estado. Isto em razão da aprovação do Projeto de Lei n.º 177/77, que versa sobre idêntica matéria.

Sala das Sessões, em 5 de dezembro de 1978.

(a) Accioly Neto.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental, requer a V. Ex.ª, que após manifestação do Plenário, seja enviado expediente a S. Ex.ª o Senhor Governador do Estado do Paraná, no sentido de que seja determinado o aceleração

do processo de criação e instalação do ensino estadual de segundo (2.º) grau, no Município de Corbélia, com extensão aos seus diversos distritos.

Tal providência é de imperiosa necessidade e fundamental na consolidação do desenvolvimento do município, pois sabido é, que Corbélia, contando hoje com aproximadamente setenta (70) mil habitantes, exerce também importante papel no que diz respeito à economia do setor agrícola, como um dos municípios de maior relevo da região, inclusive na produção de café.

De outra parte, e estando a economia familiar baseada na agricultura e por isso mesmo sujeita sempre a precalços, o ensino oficial de 2.º grau, virá atender aos anseios de grande parte de jovens que pretendem adquirir instrução a esse nível e não têm condições, face a seus poucos recursos.

Sala das Sessões, em 5 de dezembro de 1978.

(a) Lineu Turra.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N.º 192/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A:

Art. 1.º — O Município de Prudentópolis passa a integrar a Inspeção Regional de Ensino, com sede na cidade de Guarapuava.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 5 de dezembro de 1978.

(a) Erondy Silvério.

JUSTIFICATIVA:

Visa o presente projeto de lei, colocar o Município de Prudentópolis, sob a jurisdição da Inspeção Regional de Ensino, com sede na cidade de Guarapuava, tendo em vista a circunstância de que a primeira está ligada àquela cidade por estrada asfaltada (BR-373), proporcionando, por via de consequência, melhor acesso.

Além de tal circunstância, conta a mesma rodovia com um bom número de linhas de ônibus e um grande número de horários.

Ao contrário, o acesso à cidade de Irati, a cuja Inspeção Regional de Ensino está hoje subordinada Prudentópolis, é precário, pois feito por leito natural, e não oferece os fartos e condizentes meios de transporte.

PROJETO DE LEI N.º 193/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica criado no Município de Campina da Lagoa, o Distrito Administrativo de Salles de Oliveira, com sede na localidade do mesmo nome e as seguintes divisas:

— Inicia na foz do Ribeirão Azul no Rio Cantu, sobe por este Ribeirão até a foz do Ribeirão do Veado, subindo por sua margem esquerda até encontrar a foz da Sangra Burro Preto, sobe por esta Sangra até a divisa das glebas 08 e 10 (2.ª parte), linha de divisa interdistrital Campina da Lagoa/Herveira, daí em linha seca rumo ao Sul até o marco do monjoleiro do Rio Caratuva, daí segue pela margem direita do Rio Caratuva, até sua foz no Rio Cantu, seguindo pela sua margem direita, até a foz do Ribeirão Azul, ponto inicial.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 5 de dezembro de 1978.

(a) Augusto Carneiro.

JUSTIFICATIVA:

O Município de Campina da Lagoa, é um dos municípios que vem se destacando pelo expressivo desenvolvimento no setor agrícola, econômico, social e cultural em nosso Estado.

Face a esse crescimento, a sua estrutura administrativa está a exigir também certas modificações, a fim de que possa o município atender, com melhores condições, as crescentes necessidades que tal crescimento vem ocasionando.

Neste sentido, o Poder Legislativo de Campina da Lagoa, aprovou a Representação Municipal, através do Decreto n.º 22/77, de 08.09.77, (publicação anexa), a fim de que por intermédio desta Assembléia, seja efetivada a criação do citado Distrito.

A documentação que anexamos ao presente, comprovam preenchimento dos requisitos previstos no Art. 9.º, e incisos, da Lei Complementar n.º 2, de 18.06.73 — Lei Orgânica dos Municípios.

Com isso, estamos apresentando o presente plano de lei, que temos a certeza, contará com o apoio e a aprovação dos nobres Pares, com assento nesta augusta Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) — Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Senhor Presidente, nobres Senhores Deputados.

"Talvez seja o Brasil o único país do mundo onde se castiga os capitais produtivos e se premia o dinheiro intermediário ou de especulação.

A Nação inteira pôde ver, na fase do encerramento de balanços neste ano, a presença quase que encabulada nos jornais, ostentando alguns lucros de até mil por cento, a presença dos Bancos, enquanto ao lado desse mesmo noticiário, onde apareciam os Bancos com os seus balanços fabulosos, os mesmos noticiários estampavam registros de falências, concordatas e protesto de várias atividades empresariais, contra o afogamento dos seus negócios.

Agora, já não bastasse que as atividades empresariais brasileiras tivessem como associado maior e privilegiado a rede bancária, vem o Ministro da Fazenda, Mário Henrique Simonsen, a pretexto de desaparecer a economia, castigar novamente, as pequenas, as médias empresas e porque não dizer, até algumas empresas de grande porte, de capital eminentemente nacional, levando nesta cambulhada do seu pacote econômico, o sofrido consumidor brasileiro.

A consequência primeira das determinações do Conselho Monetário Nacional, adotadas neste final de ano triste, neste final de novembro, em que os otimistas, os mais otimistas estimam que a inflação chegará a 51% (que sinceramente não acreditamos), foi uma imediata elevação das taxas de juros.

Sabe qualquer comerciante, que os bancos não estão operando no desconto de duplicatas, salvo para poucas empresas privilegiadas, das quais se cobra entretanto, a reciprocidade de manter retidos altos saldos médios.

A operação imposta pela rede bancária ao pequeno e médio empresário é a do desconto de promissória, com caução de duplicatas, a juros de quase seis por cento ao mês e estes juros impunes, devoram lucros em baixa e vomitam preços em alta, em detrimento sempre do consumidor brasileiro.

Praticamente a totalidade das empresas tem altos compromissos financeiros a saldar, no encerramento do ano financeiro. São compromissos correspondentes às compras de insumos e bens finais em períodos precedentes que se basearam na perspectiva de não haver dificuldade de crédito bancário como o que está realmente acontecendo. Somam-se a essas obrigações, o pagamento do 13.º salário, as contribuições previdenciárias e recolhimentos de taxas e impostos, sem caixa, sem liquidez, desestimuladas essas empresas são forçadas a aceitar as imposições do sistema bancário que está deitando, rolando e babando, como sempre fez na Administração do Senhor Mário Henrique Simonsen, beneficiando-se da exdrúxula e imprevisível política monetária do Governo.

A vida empresarial requer para o seu bom desempenho, o mínimo de estabilidade nas regras do jogo econômico, do contrário, sobrevém a crise de confiança, como esta de agora, comprometendo a oferta futura de bens, de serviços e de empregos.

Eu pergunto, quem pensa em expandir, entrando numa aventura sem lógica e sem regras como é hoje a pequena e média empresa brasileira?

Então, vejamos os Senhores Deputados, o capital das empresas diretamente geradoras de riquezas, quer dizer, o capital produtivo, é desestimulado.

Enquanto isso, segundo a Fundação Getúlio Vargas, a participação dos intermediários financeiros na renda interna do Brasil vem crescendo de forma desmesurada, de forma injusta, se admitirmos que o custo do dinheiro é transferido ao consumidor final, isto é, ao povo brasileiro.

Em 1965, a participação relativa dos intermediários financeiros na renda interna do Brasil era de 4,4%. Em 1977, ainda segundo a Fundação Getúlio Vargas, a participação da rede bancária nessa renda interna foi de 8,8%.

Isto quer dizer que essa participação dobrou. Que os intermediários de dinheiro estão abocanhando 8,8% de quantos bens se produzem neste País, favorecidos que são por uma política econômica que foi muito bem definida pelo jornalista Joelmir Betting. "Ele disse que elevar juros para baixar preços é como querer erguer-se do chão puxando os próprios cabelos".

E como não se acredita, ninguém neste País acredita que o Senhor Mário Henrique Simonsen consiga em quatro meses conter a inflação, o que não fez em quatro anos, somente se vislumbra que deu à rede bancária um excelente final de ano e, à empresa produtiva, mais um castigo de saideira.

Com vistas a essa situação injusta, Sr. Presidente e nobres Senhores Deputados, queremos registrar este nosso protesto e requerer à Mesa, ouvida a Casa, seja encaminhada esta moção ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, solicitando que atenda ao apelo formulado em memorial da Confederação Nacional da Indústria, em que o empresariado brasileiro reivindica, e com justiça, o descongelamento do desconto de duplicatas pelo Banco do Brasil, como fórmula para suavizar o duro impacto provocado pelo pacote de novembro na liquidez da nossa economia. E, como consequência, desse nosso apelo, reduzir as taxas de juros cobradas pela rede bancária privada e os ônus finais do custo do dinheiro ao consumidor brasileiro".

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Lineu Turra.

O SR. LINEU TURRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nós ouvimos há pouco as palavras do Deputado Erondy Silvério, fazendo uma referência sobre a política econômica e o pacote econômico encaminhado pelo Ministro da Fazenda, logo após as eleições, e que virá por certo, trazer grandes dificuldades para as pequenas, médias e até para as grandes empresas.

Fez na sua análise, uma referência sobre o privilégio que vêm gozando os banqueiros na política do Governo. O crescimento das financeiras e dos banqueiros neste período de governo revolucionário, é uma análise que naturalmente, nós verificamos ainda há poucos dias através do jornal "A Folha de São Paulo", por um analista econômico, quando fazia uma crítica ao Presidente da República, dizendo que S. Ex.^a está mal assessorado. Na verdade está mal assessorado, nós com os nossos poucos conhecimentos de Economia, também podemos fazer esta afirmação.

Porque S. Ex.^a, o Sr. Presidente da República, ao considerar o nível de vida para a classe assalariada, tomou como base os produtos eletro-domésticos. Um maior volume na comercialização desses produtos deu a S. Ex.^a, o Sr. Presidente da

República quando se instalava a Segunda Feira Nacional dos Produtos Eletro-Domésticos no Estado de São Paulo, tomou como base a maior comercialização desses produtos. Sem considerar os diversos fatores que envolvem a comercialização dos produtos eletro-domésticos, não só pelos desgastes que eles têm em determinado período, mas também por uma maior facilidade de crédito que se vem dando à comercialização e aquisição de produtos eletro-domésticos em face de uma grande produtividade, ou talvez mesmo a qualidade inferior desses produtos.

Então, o povo brasileiro vem sentindo na verdade, e pagando a duras penas, uma política desorientada, uma política econômica do Governo, dirigida exatamente para os grandes grupos e um minoritário que existem neste País. São os agricultores ludibriados, são os operários ludibriados, são os funcionários públicos ludibriados, apenas, se lhes apontam uma melhor condição de vida através de uma propaganda do jornal, da televisão, da imprensa falada e da imprensa escrita, à custa do suor e do sacrifício de todos. Uma imprensa que vive com polpudas verbas orçamentárias, a promover um governo que se descarta do povo, que desatenta às reivindicações mais elementares do povo, para atender aos grupos econômicos que vivem à custa do Poder e com a corrupção que se implantou neste País, de 64, esta parte, e que nós estamos sofrendo por isso, e eu faço votos que no ano de 1979, a coisa mude, que o Brasil mude, que o Brasil tenha uma nova feição administrativa, uma nova filosofia de vida, para o povo brasileiro; que a administração pública seja votada com moralidade e dignidade para os interesses nacionais.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) — Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Valter Pietrângelo.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

É com satisfação que nós estamos chegando ao término do nosso mandato eletivo e participando de uma vitória muito significativa.

Trata-se, Srs. Deputados, da vitória alcançada pelos servidores públicos do nosso Estado, com a sanção da Lei 7.050, que lhes concedeu direito à contagem proporcional de tempo de serviço prestado antes da Constituição de 67.

Acho que devo felicitar o Deputado Erondy Silvério, pela sua luta em batalhar pelo referendado do projeto de lei de sua autoria. Mas entendo mais importante, Srs. Deputados, neste momento, não esquecer grandes artífices deste sucesso, principalmente nas pessoas do Deputado Fidelcino Tolentino e do Secretário de Estado, Gastão de Abreu Pires.

O Deputado Fidelcino Tolentino colaborando conosco em co-autoria, para que fosse apresentada proposição de emenda à Constituição n.º 537/77, tratando da mesma matéria e também colocando à nossa disposição o competente assessor jurídico de nosso gabinete, o Dr. Gil Cesar Dantas, ao qual, a sua orientação técnica, nós devemos a inserção naquele plano de lei, de extensão do prazo de contagem até 15 de março do ano de 1978.

Mostrando ele amplo conhecimento de causa, lembrou-se da existência da emenda Accioly Filho, parágrafo primeiro, do Artigo 177, da Constituição de 24 de janeiro de 67, pela qual podemos aprimorar o texto original do Projeto de lei número 115/77, cuja redação concede, aos nossos servidores, maior amplitude de benefícios do que até a própria Lei Mineira.

Todavia, é importante lembrar que a lei ora sancionada e festejada, em razão da emenda constitucional que se encontrava tramitando na Assembleia Legislativa, tinha o caráter de norma regulamentadora, não havendo, Srs. Deputados, possibilidade de aprovação da emenda à Constituição por esta Casa, o texto do projeto de lei passou a ter a redação principal

da matéria.

Mas, se por um lado devemos enaltecer a sanção desta lei por intermédio do Chefe do Poder Executivo, por outro lado, é inconcebível que se possa acolher o veto apostado quanto às expressões finais de seu Artigo 1.º, que diz: — Bem como obedida a devida proporcionalidade nos casos de natureza especial, previstos por lei.

Ora, este veto, Srs. Deputados, proposto pelo Sr. Governador, desvirtua o amplo sentido de equidade e justiça que pretendemos, através da emenda apresentada naquela oportunidade ao substitutivo que demos àquela lei; basta dizer que após o veto, poder-se-á até mesmo esperar-se pela promoção de alguma representação por inconstitucionalidade, caso o mesmo seja mantido por esta Casa.

Vejam bem, Srs. Deputados, com a supressão das expressões finais, o magistrado paranaense ficará impossibilitado de ser beneficiado com a contagem proporcional, enquanto que a magistrada terá os seus direitos assegurados.

Ora, como adotar-se uma norma totalmente discriminatória e que poderá levar a determinação por parte do Poder Judiciário da inconstitucionalidade da lei?

Realmente, Srs. Deputados, se esta Casa acolher o veto apostado, queremos crer que a atitude se confirmará totalmente discriminatória e injusta, pois, entre outros prejudicados, que são muitos, ela abrangerá também a magistratura do Paraná.

Cabe como indagação final, Srs. Deputados: será essa atitude do Sr. Governador do Estado, algum revide pela reação provocada pelo inesquecível episódio do aumento secreto? — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) — No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Del Ciel.

O SR. DEL CIEL — Sr. Presidente, eminentes Srs. Deputados.

Há alguns dias passados, propusemos a este Parlamento, a criação de uma Comissão Especial desta Casa, para, junto à Fundação Universidade Estadual de Londrina, promover levantamento da situação e do clima de insegurança reinante naquela fundação universitária.

Mas, infelizmente, a decisão da soberana maioria desta Casa, do partido governista, impôs a rejeição da nossa matéria que poderia ter proporcionado o restabelecimento do clima da paz e da ordem na Universidade de nossa terra.

Hoje, estão os universitários londrinenses promovendo a coleta de assinaturas junto aos munícipes de nossa cidade, já tendo colhido perto de sete mil assinaturas, para ser enviada a esta Casa Legislativa, solicitando a constituição de uma CPI para fazer o levantamento da situação contábil e administrativa da Universidade Estadual de Londrina, assim como do Diretório Central dos Estudantes de nossa terra e dos Diretórios Setoriais da Fundação Universidade Estadual.

Viu o nosso Partido, o MDB, através de sua Comissão Executiva, na reunião de ontem, e da bancada do Movimento Democrático Brasileiro, a necessidade de hipotecar a sua solidariedade aos universitários de nossa terra, aos estudantes londrinenses que atravessam nestes dias, travando uma grande luta com o todo-poderoso Reitor, José Carlos Pinotti, em busca dos seus direitos e da recuperação da sede dos seus diretórios invadidos por ordem daquela reitoria.

Assim sendo, o Diretório Regional do MDB do Paraná e a Bancada dos Srs. Deputados, nesta Casa, emitem a seguinte nota (Lê):

“Quando a Nação busca a reconquista da liberdade e da democracia, condenando o arbítrio e a prepotência, o Reitor JOSÉ CARLOS PINOTTI, da Fundação Universidade Estadual de Londrina, promove através de ato de força, a intervenção no Diretório Central dos Estudantes e de todos os Diretórios Setoriais, cassando o mandato de mais de oitenta (80) dirigentes estudantis londrinenses, no ato editado a 27 de novembro próximo passado, suspendendo as eleições que seriam realizadas

para renovação das diretorias do D.C.E. e dos Diretórios Setoriais.

Acusando os líderes estudantis de corruptos e aos jornalistas de subversivos, o Reitor JOSÉ CARLOS PINOTTI, promoveu a invasão das sedes do Diretório Central e dos Diretórios Setoriais, arrombando paredes e seqüestrando máquinas e documentos dos órgãos estudantis.

Para com os jornalistas agredidos, face à reação da classe pelo Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná que, tomaram providências judiciais para responsabilizá-lo, o Reitor JOSÉ CARLOS PINOTTI, retratou-se, devendo agora explicar-se na justiça quanto às acusações imputadas aos líderes estudantis que estão a interpellá-lo judicialmente.

Condenando a todos que se utilizam de atos arbitrários e prepotentes para promover a injustiça, o Diretório Regional do MDB do Paraná, e sua bancada de Deputados Estaduais, solidarizam-se com as lideranças estudantis e com os universitários da Fundação Universidade Estadual de Londrina, assim como, com os jornalistas que foram anistiados com a retratação do “Magnífico” Reitor.

DIRETÓRIO REGIONAL DO MDB DO PARANÁ BANCADA DOS DEPUTADOS ESTADUAIS”

Era esta a nossa missão nesta oportunidade, nesta tribuna, Sr. Presidente, Srs. Deputados, anunciando que, se não se restabelecer a ordem e o respeito na Fundação Universidade Estadual de Londrina, deixando devigiar arbitrariedade e a prepotência naquela Fundação, em nossa terra, estaremos, juntamente com os nobres Pares do MDB, dando acolhimento ao manifesto e abaixo-assinado que será encaminhado a este Poder pelos universitários londrinenses, contendo milhares e milhares de assinaturas, para que este Poder apure as responsabilidades dos atuais administradores daquela Fundação Educacional, e principalmente dos atos do Reitor JOSÉ CARLOS PINOTTI.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Jurandir Messias) Concedo a palavra ao segundo orador inscrito para o Grande Expediente, Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A imprensa notícia hoje, a representação que a Professora Neide Azevedo Lima e o advogado René Dotti enviam ao Ministro da Justiça, protestando pelas reiteradas ameaças que políticos, professores, intelectuais, religiosos, estudantes, vêm recebendo do clandestino Comando de Caça aos Comunistas.

Farei, Sr. Presidente, a leitura desta representação, para que fique transcrito nos Anais desta Casa este movimento de reação a todos àqueles que, obstinadamente, buscam a abertura política, a abertura democrática no Brasil. (Lê):

“A petiçãoária no uso e gozo de seus direitos civis e políticos integra movimento favorável à anistia em nosso País.

De maneira franca tem exposto publicamente seus ideais não apenas nas campanhas políticas às quais se dedica como candidata a cargos eletivos mas também durante e por ocasião de outras manifestações de interesse comunitário.

A anistia é uma prática que se perde na noite dos tempos. De suas raízes gregas nos vem a notícia de que Trasíbulo, imitando Solon, após haver deportado trinta tiranos de Atenas, fez votar uma lei chamada esquecimento, que proibia perturbar qualquer cidadão por faltas passadas. Refletindo sobre esta medida, Demóstenes afirmou que a República devia a sua salvação a Trasíbulo.

Em todos os momentos políticos e sob os mais diversos regimes, foi a anistia concedida com elevado propósito social: não de favorecer o inimigo mas de apaziguar a comunidade.

Quando se pôs termo à guerra de Peloponeso, um decreto restituiu os direitos políticos aos anistiados. Segundo Georges Perrot, em seu Ensaio sobre o Direito Público de Atenas, a anistia “reconciliou com a pátria, em um momento de grave perigo,

tudo o que lhe restava, para unir todos os corações em um derradeiro esforço". (1.)

Entre os gregos tal medida era uma decisão do poder soberano, levando determinadas infrações criminais ao esquecimento e, por conseguinte, extingüindo os processos respectivos e tornando as condenações sem qualquer efeito. Idêntico era o objetivo do instituto em Roma, bastando lembrar que Cícero prometeu a anistia a Catilina e aos rebeldes que depussem as armas.

Da antigüidade grego-romana até os nossos dias, a prática da anistia sempre foi inspirada pelo desejo da paz. Na história política francesa, muitos foram os conflitos civis e militares que terminaram sob suas asas brancas.

Um exemplo marcante da vitalidade deste instrumento da concórdia entre os filhos da mesma nação, ocorreu nos Estados Unidos, após a guerra da Sucessão. Muito importante é o registro das sucessivas anistias concedidas por Lincoln e Johnson, porém com limitação de seu alcance. Cinco foram deferidas entre 1863 e 1868, todas elas restritas. Mas no último ano, concedeu-se uma anistia ampla que beneficiou incondicionalmente e sem reservas, todos aqueles que de qualquer forma haviam participado do movimento separatista. Entenderam os governantes da grande Nação, que este seria o único meio de pacificação geral e da própria sobrevivência institucional do País. (2.)

O registro histórico da anistia mostra a força de sua legitimidade e todas as tentativas de resistência não podem ter o reconhecimento dos homens de bem. A anistia é o perdão, e o gesto de magnanimidade que o vitorioso dirige o vencido. No terreno político, é o primeiro caminho para a tranquilidade dos espíritos e da turbulência das ideologias em conflito.

A Lei e o Direito como expressões da cultura de um povo um busca da Justiça, jamais devem se afastar dos princípios naturais que fazem da anistia um poderoso instrumento do progresso em todos os níveis da sociedade. Um País sem anistia é o mesmo que uma guerra sem paz. Uma guerra total e permanente que iria consumir, sem distinção, os vencedores e os vencidos.

Por isso ela é a abertura de novos caminhos e de novos tempos.

Em 5 de agosto de 1905, Rui Barbosa proferiu no Senado da República, notável lição de amadurecimento político, após a qual, entre bravas e longas salvas de palmas das galerias e do recinto, foi "coberto de flores, rodeado e abraçado pelos Senadores presentes". A anistia — disse ele — "não seria, jamais, um tratado entre o poder e a revolta. É a intervenção da equidade pública e da legalidade suprema, varrendo os danos de uma repressão que se desnorteou e se não sustenta..." Ela não viria inverter posições, transformar os vencidos em vencedores, humilhar a autoridade a uma capitulação, esboçar a teoria da misericórdia como prêmio à desordem. Não; na anistia não se sentença, não se galardoa nem se pactua: entrega-se à consciência, à ação modificadora do tempo, à volta do bom senso e da calma do próprio ânimo dos culpados, uma causa que, envenenada pelas dilacerações civis, já não encontra, de uma e outra parte, senão juízes apaixonados" (3).

Sob outro aspecto, não menos importante, a anistia derruba a fronteira que supostamente separa os bons e os maus. Como semelhante mentalidade, ou seja, considerando os bons uma casta e os maus uma massa, uma poeira, não se poderá jamais formar uma comunidade a não ser sob a mais grosseira das formas: onde quer que reine esta concepção do bem e do mal — diz Nietzsche — "o declínio dos indivíduos, das suas linhagens e das suas raças está iminente". (4.)

No Brasil, as dissidências políticas e sociais nunca se perpetuaram e jamais a Nação foi dividida entre bons e maus como se um enorme e intransponível muro estivesse a afastar os membros da mesma família, os filhos dos mesmos pais, os irmãos dos próprios irmãos.

O que a História revela é exatamente o contrário. O exercício da anistia foi constante entre os anos de 1921 a 1946, com 59 concessões. E contra o argumento de seus opositores, a pretexto de manter indefinidos o rigor e o tempo das revoluções, basta lembrar J.J. Seabra que à Assembléia Nacional trazia em 11 de novembro de 1933 "o endosso de seu passado, com a credencial de ter sido um dos chefes da Aliança Liberal". E por isso mesmo se anuncia: "Fui, sou e serei sempre um homem da revolução, contanto que a revolução cumpra as suas promessas, que a revolução fraternize os brasileiros pela anistia ampla e plena, acabando com a restrição dos direitos políticos, deixando que a soberania nacional respire pelos pulmões com a liberdade de imprensa, enfim que a revolução garanta aos brasileiros todas as suas liberdades públicas e particulares". (5).

Para se ter a medida da clareza do instituto, vale recordar o texto do artigo 19 das disposições transitórias da Constituição de 1934. "É concedida anistia ampla a todos quantos tenham cometido crimes políticos até a presente data".

Muito mais eloqüente, no entanto, foi a justificação à emenda n.º 764, propondo sua concessão "a todas as pessoas envolvidas, direta ou indiretamente em movimentos revolucionários havidos no Brasil, até a presente data". Para fundamentar a medida, declarou-se apenas:

" — está na consciência de todos os brasileiros a necessidade da anistia" (6)

Uma Nação politicamente jovem mas já consciente de seus grandes destinos como é o Brasil, está decidida a manter a bandeira da anistia ampla, vencendo as resistências dos que pretendem negá-la.

O chamado Comando de Caça aos Comunistas (CCC), constitui um grupo que, à margem dos princípios jurídicos, políticos e fim da comunidade política, segundo a Encíclica de João XXIII, Mater et Magistra — encerra uma posição de violência contra os eventos da História.

Trata-se em síntese, de uma minoria totalitária que revela na sua essência a filosofia da destruição como meio para lograr objetivos que não pode alcançar através da paz.

Conta Camus que no depoimento de Speer, no processo de Nuremberg, mostrou-se que Hitler antes da guerra atingir o desastre total, tentou o suicídio coletivo, a destruição material e política da Nação alemã. O único valor para ele era o sucesso. Hitler decidiu penetrar na morte e fazer de seu aniquilamento uma apoteose, quando os canhões soviéticos já iam destruindo os muros e os palácios berlinenses. Mas é uma morte por nada, espécie de sonho que se dissipa. Nem eficaz, nem exemplar, ela consagra a sanguinolenta vaidade do nihilismo". (7)

As ameaças dirigidas contra bispos, professores, líderes políticos, estudantes e outras pessoas com representação popular e integradas no movimento pacífico em prol da anistia, jamais poderão neutralizar os esforços comuns de um expressivo anseio nacional.

Em proclamação ditada no Parlamento espanhol nas vésperas da guerra civil — o Deputado franquista Gil Robles alertava contra os efeitos da violência em progressão naquele País; quanto maior fosse a violência, maior seria a reação, dizia: "por cada um dos mortos surgirá outro combatente. Estai seguros — esta foi a lei constante de todas as coletividades humanas — de que vós, que estais atraindo a violência, sereis as primeiras vítimas dela... Chegará um dia em que a mesma violência que haveis desencadeado se voltará contra vós". (8)

A posição dos defensores da anistia é ancorada em princípios universalmente reconhecidos destacando-se sob o plano religioso, a doutrina contida nos Documentos Conciliares do Vaticano II que tem sua razão fundante no respeito para com a pessoa e na compreensão de que a comunidade política existe por causa do bem comum "no qual está a sua plena justificação e sentido e do qual deriva a sua legitimidade inata e própria. O bem comum compreende o conjunto daquelas condições de vida social, que permitem aos homens, às famílias e aos grupos poderem alcançar mais plena e facilmente a sua própria perfeição." (9)

★ ★★ ★★ ★★ ★

A Constituição Federal garante aos brasileiros, a par do direito à vida, à liberdade e outros valores da personalidade, o direito à segurança que não pode ser violado, salvo nos casos expressos em lei. Todo e qualquer atentado a esta garantia deve ser rigorosamente punido não apenas em nome dos atingidos mas em favor da própria comunidade nacional.

Nos termos do artigo 154 da Constituição, "o abuso de direito individual ou político com o propósito de subversão do regime democrático ou de corrupção, importará a suspensão daqueles direitos de dois a dez anos, a qual será declarada pelo Supremo Tribunal, mediante representação do Procurador Geral da República, sem prejuízo da ação civil ou penal que couber, assegurado ao paciente ampla defesa.

O dispositivo encontra símile na Constituição da República Federal da Alemanha de 23 de maio de 1949, cuja feição liberal é notória como se verifica pelo seu artigo 1.º — "1. A dignidade da pessoa humana é sagrada. Todos os agentes da autoridade pública têm o dever absoluto de a respeitar e proteger." E o artigo 18 declara: "Quem abusar da liberdade de expressão das opiniões, em particular por meio da imprensa, da liberdade de ensino, da liberdade de reunião, da liberdade de associação, do sigilo das correspondências, das comunicações postais e das telecomunicações, do direito de propriedade ou do direito de asilo para combater a ordem constitucional liberal e democrática, poderá ser privado do exercício destes direitos fundamentais. Só o Tribunal Constitucional poderá pronunciar essa perda e fixar a sua extensão."

A peticionária e outras pessoas no Estado do Paraná tem sido ameaçadas gravemente através de cartões enviados pelo Correio indicando-se como remetente organização chamada Comando de Caça aos Comunistas.

Além do delito político, caracterizado pelo radicalismo de um grupo clandestino cuja identificação é urgentemente necessária para prevenir a consumação dos prometidos atentados, o fato revela também o propósito de combater o projeto de restauração da ordem constitucional brasileira para a qual caminha a Nação. Em seu primeiro discurso na qualidade de Presidente da República, o General JOÃO BAPTISTA DE FIGUEIREDO, foi incisivo ao proclamar que "a democracia só funciona como soma de todos os esforços em prol do bem comum. muito além do total agregado de benefícios particulares a pessoas, grupos ou facções... A democracia que a sociedade moderna reclama e exige terá de afirmar-se, cada vez mais, como proposição voltada para as necessidades cotidianas do homem. Os ideais humanitários inspiram e orientam sua jornada".

★ ★★ ★★ ★★ ★

Consiste o direito de petição na faculdade concedida a qualquer pessoa de expor e defender qualquer direito perante as autoridades públicas em geral bem como denunciar qualquer lesão, representando pela promoção de responsabilidades. Segundo Pimenta Bueno "não é um Direito para ser gasto em circunstâncias triviais; mas em circunstâncias graves" (10).

E é justamente em atenção a esta advertência que se justifica o recurso ao instituto em casos de semelhante impor-

tância e expressividade.

Considerando que compete à União manter a Polícia Federal com o objetivo de apurar infrações penais contra a segurança nacional, a ordem política e social ... assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual e exija repressão uniforme (CF art. 8.º, VIII, c); considerando-se que o Departamento de Polícia Federal, como órgão "diretamente subordinado ao Ministério da Justiça", compete igualmente, proceder a investigação de qualquer natureza quando determinada pelo Ministro da Justiça (Decreto n.º 73.332, de 19.12.1973, art. 1.º, inciso IV letra a e IX), requer-se se digne Vossa Excelência determinar uma investigação em nível nacional para a apuração das ameaças denunciadas neste pedido a fim de que seu autores sejam devidamente punidos.

★ ★★ ★★ ★★ ★

É bom lembrar Saint Exupéry: "O que interessa perguntar a todo homem não é qual a doutrina que professa, qual a sua marca, qual o partido que se filiou. O importante é saber que espécie de homem é ele. Que homem e não que indivíduo. O que interessa é o homem integrado num grupo, num país, numa civilização".

Pede-se deferimento.

De Curitiba para Brasília, em 04 de dezembro de 1978.

NEIDE AZEVEDO LIMA

RENÉ DOTTI

OAB-PR 2612

1. Em Pinto Ferreira, Anistia, Enciclopédia Saraiva de Direito, São Paulo, 1978, pág. 431.
2. Pinto Ferreira, ob. cit. pág. 423.
3. Tribuna Parlamentar III, Rio de Janeiro, 1955, pág. 83 e 75.
4. Civilização e Decadência, Porto s/d. pág. 95.
5. Em Hélio Silva, 1934 A Constituinte (O Ciclo de Vargas - vol III) Rio de Janeiro, 1969, pág. 41.
6. Sala das Sessões, 16 de dezembro de 1933, Diário da Assembléia Nacional, de 21 de dezembro de 1933, pág. 648.
7. Roberto de Paula Leite, Albert Camus, Notas e estudo crítico, São Paulo, 1963, página 58.
8. Em Adriano Moreira, Política Internacional, Porto, 1970, pág. 119.
9. João XXIII, Carta Encíclica Mater et Magistra, AAS. 53 (1961) 417 e Vaticano II, Lisboa, 1967, pág. 223.
10. Cit. por Fernando Whitaker da Cunha, Política e Liberdade, Rio de Janeiro, 1975, pág. 74".

O SR. NILSO SGUAREZI — Esta, Sr. Presidente, é o teor da representação dirigida ao Ministro da Justiça, Sr. Armando Falcão.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: eu também recebi um destes cartões do propalado "Comando de Caça aos Comunistas".

E as notícias da imprensa de hoje, dão conta de que em Santa Catarina, no Paraná, políticos, religiosos, professores, também estão recebendo estes cartões que são postados em São Paulo.

Sr. Presidente, pessoalmente, não me intranquiliza isso, mas se nota de que realmente, é uma Organização de direita, clandestina, com o propósito de tumultuar a vida democrática e política da Nação, que está agindo. Organização, que deve ser destruída, que deve ser combatida e principalmente, para que não se crie este princípio muito primário, de que todos aqueles que fazem oposição, são comunistas, como também aquele princípio muito fácil, de que todos que são situação, são corruptos. Não pode o brasileiro ficar entre esta dicotomia, de que quem pertence ao governo é corrupto, é de que quem faz oposição é comunista. São dois princípios primários, explorados por todos aqueles que não encontram armas, argumentos, de livre

mente, de democraticamente, tentar impor suas idéias.

Por isso, Sr. Presidente, transcrevemos aqui, e repudiamos aqui, de viva voz, estes que não tendo a coragem de saírem a limpo, de saírem a público, se escondem no anonimato.

Peço, Sr. Presidente, que a Casa, também diligencie para que as correspondências que sejam recebidas de agora em diante, todos aqueles que nesta Casa, têm funcionários que aqui também, receberam essas ameaças, entreguem à Presidência, a fim de que a Presidência remeta à Polícia Federal, que após esta promoção da Professora Neide Azevedo Lima, a Polícia Federal deverá desencadear ampla investigação.

Solicito à Casa que recomende, que sempre que correspondência desse teor, correspondências anônimas, cheguem ao conhecimento dos Membros, dos Parlamentares, de funcionários desta Casa, sejam enviados àquela Especializada para que tenha elementos e argumentos a iniciarem as investigações.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) — Consulto à Liderança do MDB, se quer fazer uso do horário que lhe é reservado. (Pausa) Havendo declinado, consulto à Liderança da ARENA se quer fazer uso do horário que lhe é reservado.

Havendo declinado, esta Presidência dá ciência aos Srs. Deputados, do Ofício do Sr. Governador que convoca extraordinariamente esta Assembléia Legislativa, no período de 6 de dezembro de 78 a 5 de janeiro de 1979, com as seguintes Mensagens que o Sr. 2.º Secretário, passará a fazer a leitura.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — (OTÁSSIO PEREIRA)

(Faz a leitura da Mensagem que o Sr. Governador do Estado envia a esta Casa, no período de convocação).

"MENSAGEM N.º 153/78

Curitiba, 05 de dezembro de 1978.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de me dirigir a Vossa Excelência, para, nos termos do § 1.º, alínea b, do art. 15, da Constituição Estadual, convocar essa Augusta Assembléia Legislativa a reunir-se, extraordinariamente, de 6 de dezembro de 1978 a 5 de janeiro de 1979, para o fim especial de apreciar as seguintes matérias de relevante interesse público:

I — Criação de cargos em comissão na Junta Comercial e fixação da remuneração dos vogais da mesma Junta, conforme anteprojeto de lei encaminhado a essa Casa de Leis através da Mensagem n.º 133/78;

II — Reajustamento dos valores da Taxa de Segurança Pública, conforme anteprojeto encaminhado a essa Casa de Leis através da Mensagem n.º 134/78;

III — Reestruturação do Quadro Próprio do Corpo Instrutivo do Tribunal de Contas do Estado, conforme anteprojeto de Lei que ora encaminho através da Mensagem n.º 139/78;

IV — Referendo a convênios celebrados pelo Poder Executivo, cujas Mensagens encontram-se em tramitação nessa Casa de Leis, bem como aos convênios que ora encaminho através das Mensagens n.ºs 137/78, 138/78, 140/78, 141/78, 142/78, 143/78, 144/78, 145/78 e 146/78;

V — Alteração de dispositivos do Estatuto do Ministério Público, conforme anteprojeto que ora encaminho através da Mensagem n.º 147/78;

VI — Alteração do Grupo Ocupacional Engenharia e Arquitetura, conforme anteprojeto de Lei que ora encaminho através da Mensagem n.º 148/78;

VII — Majoração dos vencimentos dos funcionários públicos civis e militares do Estado, conforme anteprojeto que ora encaminho com a Mensagem n.º 151/78;

VIII — Alteração de Gratificações próprias dos integrantes da Polícia Militar do Estado, e da Polícia Civil do Estado, conforme anteprojetos de lei que ora encaminho através das Mensagens n.º 149/78 e 150/78.

IX — Aplicação da simbologia DAS — Direção e As-

essoramento Superiores, aos cargos em comissão que especifica, dessa A.L.E., conforme anteprojeto de lei que ora encaminho pela Mensagem 152/78.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado"

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Com a presença de 54 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Augusto Carneiro, constante do expediente. Necessita de apoio.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente. Necessita de apoio.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 125/76, que declara de utilidade pública a Sociedade Beneficente Lar Belém, com sede e foro no Município de Nova Santa Rosa. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 142/76, que declara de utilidade pública a Associação Acadêmica de Karatê e Artes Marciais, com sede e foro na cidade de Pato Branco. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 116/77, que declara de utilidade pública o LAR FABIANO DE CRISTO, entidade mantenedora da Casa Assistencial Colméia Natálio Libérato, da cidade de Antonina. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 177/77, que dispõe sobre nova estrutura e quadro especial de PROCURADORES E ADVOGADOS DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 07/78, que declara de utilidade pública a "FUNDAÇÃO FACULDADE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ADMINISTRAÇÃO", com sede e foro na cidade de Pato Branco. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 30/78, que dispõe sobre a contagem recíproca para efeito de aposentadoria ao Funcionalismo Público Estadual, o tempo de serviço prestado ao sistema de atividade previdenciária privada. (Anexo o Projeto de Lei n.º 13/78 — que versa sobre a mesma matéria). — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 43/78, que declara de utilidade pública a "CASA TRANSITÓRIA FABIANA DE JESUS", com sede e foro na cidade de Ponta Grossa. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 50/78, que declara de utilidade pública o INSTITUTO PIO XII, com sede na cidade de Quatro Barras, e forum nesta Capital. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 56/78, que declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS MORADORES E AMIGOS DO DISTRITO DE SÃO JORGE-ACMA, com sede no Município de Altônia, neste Estado. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 81/67, que concede

segunda chamada para EXAMES ou AVALIAÇÕES a alunos de estabelecimentos da rede estadual de ensino, na forma e conforme especifica.— **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 90/78, que declara de utilidade pública o "LAR BOM PASTOR", com sede e foro em Curitiba.— **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 99/78, que concede Título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Dr. ALCIDES NUNES GUIMARÃES.— **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 109/78, que declara de utilidade pública o "CENTRO SOCIAL BEM ESTAR AO MENOR DE BARRAÇÃO E DIONÍSIO CERQUEIRA", com sede e foro na cidade de Barracão.— **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 119/78, que declara de utilidade pública a Sociedade Civil "BOCA MALDITA", com sede e foro nesta Capital.— **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 123/78, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL DAS IGREJAS EVANGÉLICAS ASSEMBLÉIA DE DEUS", com sede nesta Capital.— **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 126/78, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE PARANAVAÍ-APAE", com sede e foro na cidade de Paranavaí.— **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 129/78, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA DE NOVA ESPERANÇA", com sede e foro na cidade de Nova Esperança.— **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 155/78, que autoriza o Poder Executivo doar à Associação Comercial e Industrial da cidade de Paranavaí, imóvel de propriedade do Estado, conforme especifica.— **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 156/78, que institui o sistema de "PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE", contra qualquer agente poluidor ou perturbador e dá outras providências.— **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 184/78, Mensagem n.º 128/78 — que cria a carreira de Redator, escalonada entre os níveis 24 e 28, do QUADRO DE PESSOAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA, e dá outras providências.— **Aprovado.**

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 59/78, de autoria do Deputado EGON PUDELL, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA", com sede e foro na cidade de Assis Chateaubriand.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 77/78, de autoria do Deputado DOMÍCIO SCARAMELLA, que denomina Posto de Fiscalização "ARIOVALDO HUERGO", a unidade do Departamento de Rendas Internas, da Secretaria das Finanças, localizada em Rondinha, Município de Paula Freitas. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 172/78, de autoria do Deputado LUIZ ROBERTO SOARES, que declara de utilidade pública o "DAG-SEG CLUBE" - Turismo e Previdência", com

sede e foro nesta Capital. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por maioria.— **Aprovado, artigo por artigo.**

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 287/78, de autoria da COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO, que aprova conclusões constantes do Relatório Final da referida Comissão que apurou fatos relacionados com o Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado do Paraná.

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 287/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — São aprovadas as conclusões constantes do Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito que apurou fatos relacionados com o Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado do Paraná.

Art. 2.º — Esta resolução vigorará a partir da data da sua publicação.

Sala das Sessões, em 30 de novembro de 1978.

(aa) Erondy Silvério, Presidente; Gabriel Manoel, Relator.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO PARA APURAR FATOS RELACIONADOS COM O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO.

RELATÓRIO

Requerimento subscrito pelo nobre Deputado Adalberto Daros, com o número legal de assinaturas exigidas, para procedimentos desta natureza, deu origem à constituição da presente Comissão Parlamentar de Inquérito.

Junto ao requerimento aludido, além das considerações justificativas, apensou aquele Deputado cópias xerográficas de documentos (fls 6 "usque" 41)

Reunida a Comissão, após devidamente instalada, foi convocado a depor perante a mesma, o Sr. Superintendente do organismo denunciado, cuja tradução de notas taquigráficas do depoimento prestado, está anexada aos autos principais (fls 82 "usque" 186).

Na mesma oportunidade, solicitou o Sr. Superintendente do IPE, a juntada ao processo da documentação encontrada às fls 188 "usque" 428, usando a prerrogativa da ampla defesa.

Designado a apresentar à Comissão o Relatório Geral, passo a examinar concludentemente todos os itens denunciados no requerimento de fls 2 "usque" 4.

1. No que respeita ao "INQUÉRITO ADMINISTRATIVO MODIFICADO", foi pelo senhor Presidente da Comissão, mandado juntar aos autos, parecer subscrito pelo Advogado Elio Narezi, o qual após lido perante o Plenário da Comissão e examinado pelos seus Membros, foi considerado como válido e adotado, o que por si só, invalidou a denúncia constante do item 1) —, do Requerimento Constitutivo da CPI.

O parecer está juntado ao processo (fls 257 "usque" 261).

2. Pelo que se infere da denúncia formulada no item 2) —, teria o Senhor Superintendente do IPE mandado funcionários mimeografar impressos de campanha política utilizando material do Instituto. A esse propósito, fez aquele Superintendente, juntar aos autos, nota fiscal e recibo, comprobatórios, o que esclarece a lisura de seu procedimento (fls.250), pois os impressos foram confeccionados, particularmente, pela firma TROLEI PAPELARIAS LTDA.

3. No que tange à afirmação de que o Superintendente do IPE dirigiu correspondência com ofertas de empréstimos a autoridades, constatamos que essa correspondência atingiu a todos os associados do Instituto, caracterizando um serviço do órgão aos seus associados. O fato de encaminhar a correspondência a associados, mais graduados na hierarquia funcional, atesta a correção da atitude, pois, dita correspon-

dência foi encaminhada aos superiores imediatos, para conhecimento aos subordinados.

4. No que se refere às passagens aéreas, farta documentação acha-se juntada ao presente processo, esclarecendo o procedimento legal do Superintendente do IPE, que fez uso, exclusivamente de um recurso orçamentário que lhe é deferido por Lei, como exaustivamente é comprovado nos termos de seu depoimento.

5. Ocioso seria tecermos maiores comentários relacionados com os outros itens do requerimento originário desta Comissão, visto estarem os fatos ali apontados, perfeitamente esclarecidos, pelo depoimento prestado a essa Comissão pelo Dr. José Maria de Azevedo, devidamente comprovado pela documentação apresentada.

6. Nestas condições, apurada, com profundidade a real situação do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado, e a lisura da sua administração, esta Comissão concorda em manifestar-se pela improcedência das denúncias constantes do documento de fls 1 a 4, submetendo à Assembléia Legislativa a aprovação do presente Relatório, na forma do Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, em 15 de junho de 1978.

(aa) Erondy Silvério, Presidente; Gabriel Manoel, Relator.

O SR. ADALBERTO DAROS — (Pela ordem) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Projeto de Resolução 287/78, diz respeito à aprovação das conclusões da Comissão Parlamentar de Inquérito, por nós requerida, durante este ano ainda.

Devo, Sr. Presidente, nesta oportunidade em que se coloca à discussão e à votação do Plenário desta Assembléia, dizer de que lá na Comissão Parlamentar de Inquérito que apurou fatos relacionados com o IPE, Instituto de Previdência do Estado, o Deputado que fala agora, teve o seu voto vencido, em função dos demais Srs. Deputados. Devo, todavia, Sr. Presidente, Srs. Deputados, dizer que do relatório feito, através do Deputado Gabriel Manoel, nas suas conclusões e que diz, que "seria ocioso tecer maiores comentários, relacionados com outros itens do requerimento originário desta Comissão, visto estarem os fatos ali apontados, perfeitamente esclarecidos, pelo depoimento prestado a essa Comissão pelo Dr. José Maria Azevedo, devidamente comprovada pela documentação apresentada."

Devo deixar bem claro a este Plenário, que desta CPI foi ouvido apenas o Dr. José Maria Azevedo, isto por vontade da maioria da Comissão Parlamentar de Inquérito. Devo também, Sr. Presidente, afirmar mais uma vez, que do relatório aqui contido, no seu item segundo, em que naquela oportunidade mostrávamos que o Superintendente do IPE havia feito propaganda política através daquele Instituto, o Sr. Superintendente disse naquela oportunidade em que veio à CPI, que havia pago papel, que havia pago a gráfica para imprimir aquelas propagandas políticas. Razão pela qual, Sr. Presidente, deixo nesta oportunidade, o meu protesto mais uma vez a este relatório, mesmo porque, talvez o relator não tivesse conhecimento da Lei Eleitoral. Mas nestas condições, o Sr. Superintendente do IPE quebrou o que diz a Lei Eleitoral infringiu, o Código Eleitoral.

Assim, Sr. Presidente, sem tecer outros comentários com relação a este relatório, - que entendo que fui vencido na Comissão, peço nesta oportunidade, a que os Deputados do MDB com a compreensão que entendo terem, votem contra este relatório, por entender que naquela comissão, apenas o Sr. Superintendente do IPE - foi ouvido. Não tendo este Deputado a oportunidade de trazer outras pessoas ligadas aos fatos que abordamos desta tribuna e naquela CPI.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) Em discussão.— Encerrada a discussão.— Em votação.— Os Srs. Deputados que o aprovam, queiram permanecer como estão. (Pausa) 15 Srs. Deputados o aprovam; 13 Srs. Deputados o rejeitam.— Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Theodoro Colombelli, ocorrido na cidade de Cascavel.— Aprovado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem) — Sr. Presidente, pediria a V. Ex.^a que se dignasse a proceder a leitura da súmula do requerimento, que acaba de ser apreciado pela Casa.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) — V. Ex.^a a sua questão de ordem é com referência ao requerimento do Deputado Fidelcino Tolentino?

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) (Procede à leitura do requerimento) — Deputado Fidelcino Tolentino, com ampla justificativa.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Agradeço a V. Ex.^a.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Federmann, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Jacob Kuper, ocorrido nesta Capital.— Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Accioly Neto, constante do expediente, solicitando o arquivamento do Projeto de Lei n.º 52/77.— Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que seja determinado o aceleração do processo de criação e instalação do ensino estadual de 2.º grau, no Município de Corbélia.— Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, lido da tribuna, solicitando seja encaminhada moção ao Sr. Presidente da República, encarecendo que atenda ao apelo formulado em memorial da Confederação Nacional da Indústria, em que o empresariado brasileiro reivindica, com justiça, o descongelamento do desconto de duplicatas pelo Banco do Brasil.— Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando voto de protesto, contra a anunciada venda das reservas florestais da região amazônica.— Aprovado.

Esta Presidência, antes que o Sr. 1.º Secretário faça a devida leitura da Sinopse, tem a satisfação e a honra, porque não dizer, de anunciar aos Srs. Deputados e aos Srs. Funcionários desta ALE., que se encontra, para nossa alegria, novamente no nosso convívio, S. Ex.^a o Sr. Deputado Ivo Thomazoni, o Presidente desta Casa. Os Srs. Deputados que queiram cumprimentá-lo e abraçá-lo, poderão se dirigir à Sala da Presidência aqui ao lado.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Sinopse. (É procedida a leitura da Sinopse)

(A Sinopse acha-se publicada no final desta Ata.)

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) Esta Presidência suspenderá a sessão pelo tempo necessário, para que seja lavrada a ata dos trabalhos de hoje, a qual deverá ser aprovada ainda na presente sessão, e pede encarecidamente aos Srs. Deputados, que permaneçam no recinto para posterior aprovação da ata. (É suspensa a sessão)

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) — Está reaberta a sessão. O Sr. 2.º Secretário procederá à leitura da Ata da sessão de hoje.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — (Lê a ata)

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) — Em discussão a ata.

Não havendo quem queira discutí-la, considero-a Aprovada.

Srs. Deputados, ao encerrarmos o período de reuniões ordinárias da 4.ª Sessão Legislativa da 8.ª Legislatura, este Deputado que esteve na Presidência por diversos meses, por força do afastamento do titular desta Casa, visto que o Sr.

Deputado Ivo Thomazoni tão bem, e com tanta dignidade vinha comandando os nossos trabalhos, foi obrigado a afastar-se por motivo de força maior.

Este Deputado que teve a incumbência de dirigir os trabalhos da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, ao encerrar nossos trabalhos no dia 05 de dezembro de 1978, quero externar aos Srs. Deputados, principalmente aos líderes Nilso Sguarezi, do MDB, e Gilberto Carvalho, da ARENA, bem como aos demais Srs. Deputados que, com bastante dignidade, que com bastante altruísmo, se empenharam na aprovação das matérias tramitadas nesta Casa e, principalmente, na aprovação de projetos de lei por eles apresentados, e, que se conduziram de maneira sempre a ajudar esta Presidência quando na condução dos trabalhos desta Casa.

Esta Presidência não teve, e não terá o mínimo ressentimento quanto a qualquer dos Srs. Deputados, eis que recebeu de todos eles, a ajuda e a colaboração.

Ao encerramento dos nossos trabalhos, desejo agradecer, em meu nome e em nome da Mesa Executiva, muitas vezes ocupada por Deputados não titulares, mas que sempre, com a maior boa vontade atenderam ao nosso chamamento e assim colaboraram a fim de que os nossos trabalhos jamais sofressem paralização, de todo o coração desejo agradecer aos Srs. Deputados, indistintamente, pela ajuda, pela grande colaboração que me proporcionaram durante o tempo em que dirigi os trabalhos desta Casa; desejo agradecer aos Funcionários desta Casa, desde o mais humilde até o mais graduado, e, muito especialmente às Taquígrafas, estas abnegadas funcionárias que sempre estiveram conosco no decorrer do ano de 1978, demonstrando uma eficiência a toda prova dentro do seu trabalho; às Taquígrafas e, em nome da Assembléia, desejo agradecer e a elas transmitir os nossos votos de um Natal com bastante felicidade e tornar extensivos, os votos, aos seus familiares.

Aos Funcionários da Assembléia, aos Jornalistas que aqui labutaram, à Imprensa de modo geral também não poderíamos deixar, de maneira alguma de, neste momento, transmitir o nosso muito obrigado, os nossos agradecimentos pela maneira como comunicaram ao público, os trabalhos desta Casa, deste Poder, a fim de que o eleitor, de modo geral, tivesse os conhecimentos plenos, daquilo que se fez e que se poderá fazer aqui na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, como digna representante do povo.

De modo geral desejo agradecer, como eu dizia, a todos, neste encerramento, desde o mais humilde até o mais graduado Funcionário da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná e colocar-me à inteira disposição, durante o tempo em que eu estiver exercendo esta Presidência, à disposição de todos esperando dar, na medida do possível, todo o atendimento necessário, exigido e muitas vezes até cobrado desta Presidência.

Convoco os Srs. Deputados para se reunirem amanhã, dia 6 de dezembro, à hora regimental, para a Sessão de Instalação da Sessão Legislativa Extraordinária, convocada pelo Sr. Governador do Estado, conforme competência que lhe é atribuída pela Constituição.

Levanta-se a sessão.

**DIVISÃO DE DOCUMENTAÇÃO
SERVIÇO DE ESTATÍSTICA
QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA
OITAVA LEGISLATURA
S I N O P S E**

Dos trabalhos Legislativos e Administrativos do Período Ordinário Compreendido entre 1.º de Agosto a 5 de Dezembro de 1978.

PRESIDENTE DEP. IVO THOMAZONI
1º SECRETÁRIO DEP. QUIELSE C. SILVA
2º SECRETÁRIO DEP. JOSÉ D. SCARPELINI

**Divisão de Documentação
Serviço de Estatística**

Sinopse dos Trabalhos Legislativos e Administrativos do Período Ordinário Compreendido entre 1º de Agosto a 5 de Dezembro de 1978.

Sessão de Instalação	1
Sessões Solenes	1
Sessões ordinárias	49
Projetos de Lei apresentados	71
Projetos de Lei aprovados	57
Projetos de Lei Sancionados pelo Sr. Governador	24
Projetos de Lei Rejeitados pelo Plenário	32
Projetos de Resolução apresentados	2
Projetos de Resolução aprovados	29
Requerimentos dos Srs. Deputados	309
Votos de louvor, regozijo e congratulações	27
Votos de Pesar	77
Mensagens do Sr. Governador	76
Ofícios do Sr. Governador	19
Ofícios das Câmaras Municipais	12
Ofícios Diversos	17
Indicações	5
Telegramas	4
Emendas	7
Portarias Baixadas pelo Sr. Diretor Geral	50
Decretos Legislativos	156

Curitiba, 5 de Dezembro de 1978.

(a) JOSÉ CLÁUDIO LUZ — Chefe do Serviço

MESA

Presidente	Ivo Thomazoni
Primeiro Vice-Presidente	Jurandir Messias
Segundo Vice-Presidente	Ernesto Gnoato
Primeiro Secretário	Quielse Crisóstomo da Silva
Segundo Secretário	José Domingos Scarpelini
Terceiro Secretário	Ivan Rüppel
Quarto Secretário	Rosário Pitelli

DEPUTADOS ESTADUAIS

AGUINALDO PEREIRA LIMA
ALFREDO GULIN
ARAGÃO DE MATTOS LEÃO
ADALBERTO DAROS
ANTÔNIO FACCI
BASÍLIO ZANUSSO
DÁCIO LEONEL DE QUADROS
DAVID FEDERMANN
DENI LINEU SCHWARTZ
EGON PUDELL
EZEQUIAS LOSSO
EDILSON ALENCAR BARBOSA
ENÉAS EUGÊNIO PEREIRA FARIA
ERNESTO DAL'OGGIO
ERNESTO GNOATO
FABIANO BRAGA CÔRTEZ
FRANCISCO ACCIOLY R. DA COSTA NETO
FRANCISCO ESCORSIN
FUAD NACLI
FIDELCINO TOLENTINO
GABRIEL MANOEL
GILBERTO REZENDE DE CARVALHO
IVAN S. RUPPEL
IVO THOMAZONI
AUGUSTO DE OLIVEIRA CARNEIRO
ERONDY SILVÉRIO
JORGE SATO
JURANDIR MESSIAS
LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA

LUIZ GABRIEL SAMPAIO
 LUIZ ROBERTO N. SOARES
 PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO
 QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA
 ROSÁRIO PITELLI
 HÉLIO MANFRINATO
 JAYME RODRIGUES DE CARVALHO
 JOSÉ ANTÔNIO DEL CIEL
 JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI
 JOSÉ MUGGIATI FILHO
 LINEU MANSANI TURRA
 RENATO BERNARDI
 MAURÍCIO FRUET
 MANOEL GAONA GARCIA
 NELSON BUFFARA
 NILSO ROMEU SGUAREZI
 OSÓRIO VALTER PIETRÂNGELO
 OSVALDO EVANGELISTA DE MACEDO
 OTÁSSIO PEREIRA DA SILVA
 TRAJANO BASTOS DE OLIVEIRA
 WALDENÍCIO BARBALHO
 WERNER WANDERER
 WILSON FIGUEIREDO FORTES

COMISSÕES PERMANENTES

4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 8ª LEGISLATURA COMISSÃO EXECUTIVA

Ivo Thomazoni
 Jurandir Messias
 Ernesto Gnoato
 Quielse Crisóstomo da Silva
 José Domingos Scarpelini
 Ivan Rüppel
 Rosário Pitelli

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Paulo Camargo
 Muggiati Filho
 Dácio Leonel
 Ezequias Losso
 Fabiano Braga Côrtes
 Gilberto Carvalho
 Luiz Alberto de Oliveira
 Nelson Buffara
 Maurício Fruet
 Osvaldo Macedo
 Waldenício Barbalho

COMISSÃO DE FINANÇAS

Erondy Silvério
 Aguinaldo Pereira Lima
 José Antônio Del Ciel
 Gabriel Manoel
 Gabriel Sampaio
 Edilson Alencar

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

Jorge Sato
 Antônio Facci
 Fuad Nacli
 Egon Pudell
 Francisco Escorsin
 Deni Schwartz
 Domício Scaramella

COMISSÃO DE AGRICULTURA

Lázaro Dumont
 Ernesto Dal'Oglia
 Luiz Alberto de Oliveira

Hélio Manfrinato
 Alfredo Gulin
 Wilson F. Fortes
 Edilson Alencar

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Fuad Nacli
 Lineu Turra
 Alfredo Gulin
 Gabriel Manoel
 Valter Pietrângelo
 Wilson Fortes
 Jayme Rodrigues de Carvalho

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

Werner Wanderer
 Edilson Alencar
 Augusto Carneiro
 Gabriel Sampaio
 Renato Bernardi
 João Antônio Del Ciel
 Wilson Fortes

COMISSÃO DE TERRAS IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

Egon Pudell
 Jayme Rodrigues de Carvalho
 Werner Wanderer
 Lázaro Dumont
 Otássio Pereira
 Hélio Manfrinato
 Fuad Nacli

COMISSÃO DE POLÍCIA

Basílio Zanusso
 Francisco Escorsin
 Aguinaldo Pereira Lima
 Jayme Rodrigues de Carvalho
 Nilso Sguarezi
 Alfredo Gulin

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

David Federmann
 Ernesto Dal'Oglia
 Paulo Camargo
 Erondy Silvério
 Edilson Alencar
 Jorge Sato
 Nilso Sguarezi

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Augusto Carneiro
 Lineu Turra
 Werner Wanderer
 Luiz Alberto Martins de Oliveira
 José Antônio Del Ciel
 Ezequias Losso
 Osvaldo Macedo

COMISSÃO DE TOMADAS DE CONTAS

Francisco Escorsin
 Antônio Facci
 Fuad Nacli
 Basílio Zanusso
 Hélio Manfrinato
 Aguinaldo Pereira Lima
 Nilso Sguarezi

COMISSÃO DE TURISMO

Nelson Buffara
Augusto Carneiro
Wilson Fortes
David Federmann
Adalberto Daros
Egon Pudell
Otássio Pereira

COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS

Wilson Fortes
Nelson Buffara
Werner Wanderer
Fabiano Braga Côrtes
Deni Schwartz
Gilberto Carvalho

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE

Renato Bernardi
Fabiano Braga Côrtes
Ezequias Losso
Paulo Camargo
Enéas Faria
Gabriel Sampaio
Muggiati Filho

COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Werner Wanderer
Maurício Fruet
Lineu Turra
Deni Schwartz
Egon Pudell
Francisco Escorsin
Ezequias Losso

SECRETARIA GERAL

Diretor Geral
Dr. Fausto Luiz Abry
Diretor do Departamento Administrativo
Paulo de Tarso Oliveira Abbas
Diretor do Departamento Legislativo
Francisco Dranka

ATIVIDADES LEGISLATIVAS

DISCURSO DO DEPUTADO ACCIOLY NETO

Dia SÚMULA
16-08-78 — Ocupa a tribuna para discorrer sobre a realização em nossa Capital do II Encontro Preparatório ao VI Congresso Nacional de Ciências Penais, a ser realizado na segunda quinzena do mês de novembro próximo, em Brasília.

DISCURSOS DO DEPUTADO ALFREDO GULIN

Dias SÚMULA
08-08-78 — Ocupa a tribuna para discorrer sobre a defasagem do ICM, em nosso Estado, neste primeiro semestre, na base de 33%.
23-08-78 — Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre o pronunciamento feito pelo Sr. João Batista Figueiredo, candidato à Presidência da República, sobre a importância de destaque que irá dar à agricultura em sua administração.
29-08-78 — Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre os 10 anos de ocupação de Praga pelos russos.
03-10-78 — Ocupa a tribuna para discorrer sobre as comemorações alusivas à Semana da Extensão Rural.
17-10-78 — Ocupa a tribuna para discorrer sobre as dificuldades

que vem passando a lavoura em nosso Estado.

DISCURSO DO DEPUTADO BASÍLIO ZANUSSO

Dia SÚMULA
28-09-78 — Ocupa a tribuna para agradecer ao Sr. Governador do Estado pela realização de obras rodoviárias e asfaltamento de diversas estradas na região do Noroeste paranaense.

DISCURSO DO DEPUTADO DAVID FEDERMANN

Dia SÚMULA
21-11-78 — Ocupa a tribuna para dirigir agradecimentos ao povo do Paraná, e em especial a região de Campos Gerais, pela sua reeleição para este Poder Legislativo.

DISCURSOS DO DEPUTADO DENI SCHWARTZ

Dias SÚMULA
01-08-78 — Ocupa a tribuna para lamentar o infausto passamento do Sr. Deputado Lúcio Machado, ao mesmo tempo que sauda o novo Deputado Sr. Manoel Gaona e em seguida discorre sobre a corrupção burocrática, na sua opinião, existente no Brasil.
16-08-78 — Ocupa a tribuna para registrar a realização do XI Congresso Nacional dos Servidores Públicos que foi realizado em Poços de Caldas, Minas Gerais, e tece outros comentários.
29-08-78 — Ocupa a tribuna para tecer críticas ao Governo Federal pela ausência de incentivos aos insumos agrícolas tão propalados. Finalizando, critica o Governo Federal pelo descaso como vem encarando o problema da Peste Suína em nosso Estado.
26-09-78 — Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre problemas da suinocultura em nosso Estado.

DISCURSOS DO DEPUTADO DOMÍCIO SCARAMELLA

Dias SÚMULA
02-08-78 — Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre o infausto passamento do Sr. Deputado Lúcio Machado, discorrendo e exaltando as qualidades de cidadão e político do extinto.
23-08-78 — Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre a data de amanhã, do 24º aniversário da morte do estadista Getúlio Vargas.

DISCURSOS DO DEPUTADO ENÉAS FARIA

Dias SÚMULA
01-08-78 — Ocupa a tribuna para lamentar o infausto passamento do Sr. Deputado Lúcio Machado, em seguida agradece aos Srs. Deputados do M.D.B. que o prestigiaram durante o tempo em que foi líder daquele Partido nesta Casa.
19-09-78 — Tecendo críticas à Lei Falcão, que proíbe o pronunciamento dos candidatos nos órgãos de divulgação em todo o País.
11-10-78 — Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre corrupção política e econômica que vem ocorrendo no país, finalizando tece comentários sobre a propaganda em rádio e televisão dos candidatos às próximas eleições.
12-10-78 — Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre o problema da Indústria Moveleira em nosso Estado.

DISCURSOS DO DEPUTADO EZEQUIAS LOSSO

Dias SÚMULA
28-09-78 — Ocupa a tribuna para registrar sua satisfação com a criação do Parque do Marumbi, pelo Senhor Governador do Estado.
12-10-78 — Ocupa a tribuna para congratular-se com o Sr. Go-

vernador do Estado pela inauguração da milésima sala construída em seu Governo.

- 25-10-78 - Ocupa a tribuna para discorrer sobre a invasão de terras ocupadas por posseiros a mais de trinta anos, por empresas de São Paulo e Paraná, no Município de Guaraqueçaba.

DISCURSOS DO DEPUTADO FIDELCINO TOLENTINO

- 10-08-78 - Ocupa a tribuna para tecer comentários ao pronunciamento feito pelo Sr. João Batista Figueiredo, candidato à Presidência da República, sobre o seu plano de governo no setor agrícola.
- 04-10-78 - Ocupa a tribuna para dirigir apelo ao órgão responsável da Prefeitura Municipal de Curitiba, para que seja concedido maior prazo aos motoristas de táxi, no cumprimento da exigência da colocação de aparelhos de segurança em seus veículos.

DISCURSOS DO DEPUTADO GABRIEL MANOEL

- 08-08-78 - Ocupa a tribuna para congratular-se com o Sr. Governador do Estado, pela nomeação dos Srs. Fabiano Campelo e Eleutério Dalazen, para os cargos de Chefe da Casa Civil e Secretário da Educação, respectivamente. Finalizando, tece comentários sobre a campanha eleitoral desenvolvida pelo Sr. Túlio Vargas, em nosso Estado.
- 29-08-78 - Ocupa a tribuna para dissertar sobre a visita que fez ao interior do Estado, oportunidade em que constatou a euforia do povo paranaense em torno das candidaturas dos homens da Arena no Paraná.

DISCURSOS DO DEPUTADO GILBERTO CARVALHO

- 24-08-78 - Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre os relevantes préstimos dados pelo Exército Brasileiro desde a sua criação até os nossos dias na garantia da segurança do regime, tranquilidade e independência do País.
- 13-09-78 - Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre o Congresso dos Professores do Estado do Paraná, e a conseqüente greve.
- 26-09-78 - Ocupa a tribuna para esclarecer nota publicada em data de ontem no jornal "Gazeta do Povo", sob o título "Vale quer eleger candidato".

DISCURSOS DO DEPUTADO JAYME RODRIGUES DE CARVALHO

- 15-08-78 - Ocupa a tribuna para tecer comentários e considerações sobre a greve do Magistério em nosso Estado.
- 12-09-78 - Ocupa a tribuna para criticar ao Sr. Governador do Estado, por não ter atendido às reivindicações salariais dos professores do Paraná.
- 19-09-78 - Ocupa a tribuna para tecer críticas ao Governo do Estado, pela inauguração de obras às vésperas das eleições.
- 20-09-78 - Ocupa a tribuna para apelar ao Sr. Governador do Estado, para que faça justiça na solução do caso dos professores do Estado do Paraná.

DISCURSOS DO DEPUTADO JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI

- 26-09-78 - Ocupa a tribuna para tecer críticas à ala emedebista que se serve de favores administrativos para manter posição dentro do Partido, contrária aos interesses daquela agremiação política.
- 12-10-78 - Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre a data de hoje em que se comemora o Dia da Criança.

DISCURSO DO DEPUTADO LINEU TURRA

- 12-10-78 - Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre sugestão apresentada pelo Sr. Affonso Camargo Neto, para que sejam suspensas as programações nas rádios e televisões dos atuais candidatos ao pleito eleitoral.

DISCURSOS DO DEPUTADO LUIZ ROBERTO SOARES

- 10-08-78 - Ocupa a tribuna para ler pronunciamento do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, sobre a passagem do Dia do Advogado em data de amanhã, bem como da instalação dos cursos jurídicos no País.
- 17-10-78 - Lê para conhecimento da Casa, editorial publicado no jornal "O Globo", em data de 12 do corrente, sob o título "Uma Nova Liderança".

DISCURSOS DO DEPUTADO LÁZARO DUMONT

- 11-10-78 - Ocupa a tribuna para solicitar dos Oficiais que integram a Comitiva da Escola Superior de Guerra, que se encontram em visita ao nosso Estado, para que procurem entrar em contato com as classes trabalhadoras a fim de estudarem os seus problemas.
- 12-10-78 - Ocupa a tribuna para dirigir reclamações ao Governo do Estado, pela falta de proteção ao menor desamparado, em nosso Estado.

DISCURSOS DO DEPUTADO MANOEL GAONA

- 03-08-78 - Ocupa a tribuna para agradecer a receptividade que teve nesta Casa ao assumir a cadeira de Deputado Estadual.
- 31-08-78 - Reclamando do Governo mais amparo de financiamento e garantia de preços mínimos aos agricultores paranaenses.

DISCURSOS DO DEPUTADO MUGGIATI FILHO

- 08-08-78 - Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre os direitos dos trabalhadores no Brasil, notadamente sobre o direito de greve mediante justa causa.
- 09-08-78 - Ocupa a tribuna para dizer da grande consternação que sofreu a Igreja e a Humanidade pela perda do líder católico, Papa Paulo VI, traçando na oportunidade amplos dados biográficos do extinto Santo Padre.
- 15-08-78 - Ocupa a tribuna para discorrer sobre o falecimento do jornalista Colbert Malheiros.

DISCURSOS DO DEPUTADO NILSO SGUAREZI

- 03-08-78 - Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre a abolição pelo Governo do Estado da exigência do Atestado Ideológico.
- 15-08-78 - Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre a greve do Magistério Público em nosso Estado.
- 13-09-78 - Ocupa a tribuna para protestar pelas recentes medidas que foram tomadas pelo Governo através da DOPS, pela prisão de três líderes da classe dos professores paranaenses.
- 19-09-78 - Protestando contra a formalização das punições aos professores atingidos por aquele ato.
- 26-09-78 - Ocupa a tribuna para tecer críticas pela forma como foi proposto o Simpósio Nacional de Ecologia patrocinado pelo Poder Público.
- 11-10-78 - Ocupa a tribuna para registrar sua discordância e seu protesto, pela proposta feita pela Sra. Esposa do Senhor Presidente da França, quando em visita a nosso País, de levar crianças brasileiras abandonadas, para serem criadas em sua terra.
- 21-11-78 - Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre a possibilidade de anistia geral, ampla e irrestrita.

DISCURSOS DO DEPUTADO OTÁSSIO PEREIRA

- 23-08-78 - Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre os professores paranaenses os quais pretendem reivindicar condições de melhores salários e condições de trabalho.
- 24-08-78 - Ocupa a tribuna para tecer comentários e considerações sobre a data de amanhã, do Dia do Soldado, destacando na ocasião, a figura de Duque de Caxias, patrono do Exército brasileiro, e sua participação na Guerra do Paraguai.

DISCURSO DO DEPUTADO QUIELSE CRISÓSTOMO

- 29-08-78 - Ocupa a tribuna para relatar na oportunidade viagem que empreendeu ao Norte paranaense e que pôde constatar o grande prestígio gozado pelo Senhor Governador do Estado.

DISCURSOS DO DEPUTADO RENATO BERNARDI

- 03-08-78 - Ocupa a tribuna para ler nota oficial divulgada pela diretoria do jornal "Em Tempo", protestando contra o atentado que a sua sucursal de Curitiba sofreu por terroristas de extrema direita, e tece outros comentários.
- 08-08-78 - Ocupa a tribuna para discorrer sobre o êxodo rural, face à proteção financeira dispensada às grandes propriedades e tece outros comentários.
- 10-08-78 - Ocupa a tribuna para tecer comentários à discriminação partidária praticada pelo Sr. Prefeito Municipal de Curitiba, quando da inauguração de uma obra pública nesta Capital, pelos motivos que especifica.
- 31-08-78 - Ocupa a tribuna para lamentar o descaso que está ocorrendo nas Comissões Especiais instaladas nesta Casa, pela falta de "quorum" e interesses dos seus membros.
- 13-09-78 - Ocupa a tribuna para tecer críticas à administração estadual no setor de Educação e Cultura.
- 28-09-78 - Ocupa a tribuna para analisar a destinação que vem sendo dada ao milho importado, com prejuízo para as indústrias moageiras de nosso Estado, que vêm sofrendo crise violenta pela falta de matéria prima.
- 04-10-78 - Ocupa a tribuna para criticar medida adotada pela empresa Kamby S/A, de beneficiamento de leite, no pagamento com notas promissórias rurais com vencimento para sessenta dias, aos produtores de leite da região Norte do Estado.

DISCURSO DO DEPUTADO ROSÁRIO PITELLI

- 31-08-78 - Ocupa a tribuna para discorrer sobre as comemorações que irão se realizar pela passagem da Semana da Pátria, diz ainda na oportunidade, das lutas e conquistas realizadas e dos acontecimentos históricos que culminaram com a Independência da Pátria em 7 de Setembro de 1822.

DISCURSOS DO DEPUTADO WALDENÍCIO BARBALHO

- 15-08-78 - Ocupa a tribuna para ler e fazer constar dos Anais da Casa, o discurso proferido pela oradora do Curso de Jornalismo, da Universidade do Paraná.
- 16-08-78 - Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre o Projeto Noroeste do Governo Federal, que objetiva o controle e combate à erosão urbana na região noroeste do Estado, atingindo noventa municípios, do nosso Estado.
- 30-08-78 - Ocupa a tribuna para denunciar irregularidades que estão sendo praticadas na administração da Prefeitura de Paraíso do Norte.
- 13-09-78 - Ocupa a tribuna para rebater críticas feitas no jornal "A Folha de Londrina", onde foi envolvido seu nome

na concessão pela Câmara Municipal de Paraíso do Norte, do título de cidadão "Persona Non Grata".

- 26-09-78 - Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre a administração da Prefeitura de Paraíso do Norte.
- 04-10-78 - Ocupa a tribuna para tecer críticas ao Governo Federal e "Estadual" pela corrupção política que estão permitindo com vistas à eleição dos candidatos da Arena nas próximas eleições.
- 23-11-78 - Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre as recentes eleições em nosso Estado.

DISCURSOS DO DEPUTADO VALTER PIETRÂNGELO

- 01-08-78 - Ocupa a tribuna para lamentar o infausto passamento do Sr. Deputado Lúcio Machado e, em seguida apresenta as boas vindas ao Sr. Manoel Gaona que assumiu a cadeira deixada por aquele Parlamentar, e finalizando tece críticas aos Governo Federal pela política que vem adotando no que tange a fixação dos preços mínimos para o café e o soja.
- 08-08-78 - Ocupa a tribuna para protestar contra os serviços de água e esgoto executados pela Sanepar em nossa Capital, em prejuízo das calçadas, encanamentos e jardins já existentes.
- 11-10-78 - Ocupa a tribuna para condenar atitude tomada pela Comissão Executiva desta Casa pela nomeação ilegal de funcionários à Secretaria da mesma.
- 11-10-78 - Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre o problema dos vendedores ambulantes de Curitiba.
- 12-10-78 - Ocupa a tribuna para discorrer sobre o Dia da Criança, que nesta data se comemora.

DISCURSO DO DEPUTADO WILSON FORTES

- 19-09-78 - Ocupa a tribuna para rebater acusações proferidas em sessão anterior, pelo Sr. Deputado Waldenício Barbalho, contra o Sr. Prefeito da cidade de Paraíso do Norte.

Votos de Congratulações, Regozijo e Aplausos

- 01-08-78 - Do Sr. Accioly Neto, solicitando a inserção em ata de um voto de regozijo pelo transcurso do tricentésimo trigésimo aniversário de Paranaguá.
- 08-08-78 - Do Sr. Muggiati Filho, solicitando a inserção em ata de um voto de solidariedade aos professores em Congresso.
- 15-08-78 - Do Sr. Rosário Pitelli, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar, pela iniciativa do Sr. Ministro da Fazenda em isentar os aposentados do pagamento do Imposto de Renda.
- 23-08-78 - Do Sr. Accioly Neto, solicitando a inserção em ata de um voto de louvor, aos juristas paranaenses que participaram do II Encontro Preparatório ao VI Congresso Nacional de Ciências Jurídicas.
- 29-08-78 - Do Sr. Accioly Neto, solicitando a inserção em ata de um voto de louvor, aos juristas paranaenses René Dotti, Antônio Acir Breda, Luiz C. Guimarães, Fernando N. Bittencourt e Luiz Sponholz pela participação dos mesmos no VI Congresso Nacional de Ciências Penais.
- 29-08-78 - Do Sr. Ezequias Losso, solicitando a inserção em ata de um voto de congratulações ao funcionário desta Casa, Luiz Fernando Fontoura, pela sua aprovação em recente concurso ao cargo de Promotor Substituto.
- 13-09-78 - Do Sr. Ezequias Losso, solicitando a inserção em ata de um voto de congratulações, à empresa paranaense Todeschini S/A.
- 19-09-78 - Do Sr. Nelson Buffara, solicitando a inserção em ata de um voto de congratulações, ao Rotary Club de Morretes, pela campanha Escolar de Combate à Ver-

minose.

- 19-09-78 -Do Sr. Lázaro Dumont, solicitando a inserção em ata de um voto de louvor ao Grupo Independência de Alcoólicos Anônimos, pela passagem do seu décimo aniversário de fundação.
- 20-09-78 -Do Sr. Lázaro Dumont, solicitando a inserção em ata de um voto de louvor pela realização do IV Encontro de Arquitetos do Cone Sul.
- 26-09-78 -Do Sr. Maurício Fruet, solicitando a inserção em ata de um voto de regozijo pela realização em Curitiba, do Encontro dos Engenheiros Florestais da Região Centro Sul.
- 29-09-78 -Do Sr. Ezequias Losso, solicitando a inserção em ata de um voto de aplauso ao Professor Pedro Ricardo Dória.
- 28-09-78 -Do Sr. José Domingos Scarpelini, solicitando a inserção em ata de um voto de aplauso à Rede Globo de Televisão, pela reportagem que analisa a extinção das baleias no Brasil.
- 03-10-78 -Do Sr. Accioly Neto, solicitando a inserção em ata de um voto de regozijo pelo transcurso do quinquagésimo quinto aniversário da Fundação da Associação Comercial de Paranaguá.
- 12-10-78 -Do Sr. Lázaro Dumont, solicitando a inserção em ata de um voto de congratulações à Associação dos Engenheiros Agrônomos do Paraná, pelos motivos que especifica.
- 12-10-78 -Do Sr. Trajano Bastos, solicitando a inserção em ata de um voto de congratulações à Faculdade de Direito de Curitiba, pelos motivos que especifica.
- 17-10-78 -Do Sr. Accioly Neto, solicitando a inserção em ata de um voto de regozijo pelo transcurso do Dia do Professor, ocorrido no último dia 15 deste.
- 17-10-78 -Do Sr. Valter Pietrângelo, solicitando a inserção em ata de um voto de regozijo, pela passagem no dia 12 do corrente, do dia do Engenheiro Agrônomo.
- 17-10-78 -Do Sr. Lázaro Dumont, solicitando a inserção em ata de um voto de congratulações, às autoridades que especifica, pela realização do I Simpósio Nacional de Ecologia.
- 17-10-78 -Do Sr. Valter Pietrângelo, solicitando a inserção em ata de um voto de louvor ao Sr. Dr. Gastão Natal Simone, pelos motivos que especifica.
- 25-10-78 -Do Sr. Lineu Turra, solicitando a inserção em ata de um voto de congratulações ao Historiador Guarapuvano, pelos motivos que especifica.
- 25-10-78 -Do Sr. Luiz Alberto de Oliveira, solicitando a inserção em ata de um voto de congratulações à Escola Tia Paula, pelos motivos que especifica.
- 25-10-78 -Do Sr. Fidelcino Tolentino, solicitando a inserção em ata de um voto de regozijo, em razão da comemoração do Dia do Médico.
- 20-11-78 -Do Sr. Fidelcino Tolentino, solicitando a inserção em ata de um voto de regozijo, em razão de comemorar-se nesta data do "Dia do Médico".
- 21-11-78 -Do Sr. Gabriel Sampaio, solicitando a inserção em ata de um voto de congratulações aos jornais "Gazeta do Povo" e "Diário da Tarde", pelos motivos que especifica.
- 21-11-78 -Do Sr. Fidelcino Tolentino, solicitando a inserção em ata de um voto de louvor aos Srs. Dr. Paulo Roberto Hapner e comandante do 6º do Batalhão da Polícia Militar do Município de Cascavel, pelos motivos que especifica.
- 23-11-78 -Do Sr. Luiz Alberto de Oliveira, solicitando a inserção em ata de um voto de congratulações ao Sr. Dr. Mário Lopes dos Santos, pelos motivos que especifica.

Votos de Pesar

- 01-08-78 -Do Sr. Accioly Neto e José Domingos Scarpelini, solicitando a inserção em ata, de um voto de pesar pelo falecimento do ex-Deputado João Chede.
- 01-08-78 -Do Sr. Domício Scaramella, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar, pelo falecimento do Sr. Herdelino Domingos Bazzo.
- 01-08-78 -Do Sr. Nilso Sguarezi, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar, pelo falecimento do Sr. Generoso Marques dos Santos Neto.
- 01-08-78 -Do Sr. Luiz Alberto de Oliveira, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar, pelo falecimento do Sr. Eduardo Bisato.
- 01-08-78 -Do Sr. Valter Pietrângelo, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar, pelo falecimento do Sr. Otávio Periotto.
- 02-08-78 -Do Sr. Jurandir Messias, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Dr. Henrique Vitor Giublin.
- 02-08-78 -Do Sr. Muggiati Filho, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento da Sra. Maria Ester Carvalho de Barros.
- 02-08-78 -Do Sr. Domício Scaramella, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Ampélio Romanzini.
- 03-08-78 -Do Sr. Domício Scaramella, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento da Sra. Carlota Pioli.
- 03-08-78 -Do Sr. Domício Scaramella, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. José Coas.
- 03-08-78 -Do Sr. Luiz Alberto de Oliveira, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Agostinho Ermelino de Leão Filho.
- 03-08-78 -Do Sr. Wilson Fortes, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento da Sra. Terezinha Lemos.
- 08-08-78 -Do Sr. Muggiati Filho, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento do Papa Paulo VI.
- 08-08-78 -Do Sr. Jurandir Messias, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento do Papa Paulo VI.
- 08-08-78 -Do Sr. Domício Scaramella, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Jamil Abrão.
- 08-08-78 -Do Sr. Ivan Rüppel, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Miguel Taborda Ribas Neto.
- 08-08-78 -Do Sr. Accioly Neto, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Agostinho Ermelino de Leão Filho.
- 08-08-78 -Do Sr. Augusto Carneiro, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Américo Lopes.
- 08-08-78 -Do Sr. Luiz Roberto Soares, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Júlio Zawadzki.
- 09-08-78 -Do Sr. Alfredo Gulin, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Sílvio Manfron.
- 15-08-78 -Do Sr. Gilberto Carvalho, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Honorato Tureta.
- 15-08-78 -Do Sr. Augusto Carneiro, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Joaquim Gonçalves de Oliveira.
- 15-08-78 -Do Sr. Wilson Fortes, solicitando a inserção em ata

- de um voto de pesar pelo falecimento da Sra. Margarida Neves.
- 15-08-78 -Do Sr. Accioly Neto, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Golbert Malheiros.
- 17-08-78 -Do Sr. Deni Schwartz, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. José S. de Azevedo.
- 23-08-78 -Do Sr. Luiz Alberto de Oliveira, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. José Siqueira de Azevedo.
- 23-08-78 -Do Sr. Accioly Neto, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento da Sra. Fernandina Gentile.
- 29-08-78 -Do Sr. Augusto Carneiro, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. José do Patrocínio Silva.
- 29-08-78 -Do Sr. Aguinaldo Pereira Lima, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Dr. Djalma Ferreira Lopes.
- 30-08-78 -Do Sr. Deni Schwartz, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Itálico João Damiani.
- 30-08-78 -Do Sr. Nilso Sguarezi, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento da Sra. Juliana Filgueira.
- 30-08-78 -Do Sr. Nilso Sguarezi, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Ivor Brachini.
- 30-08-78 -Do Sr. Jurandir Messias, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Luiz Brassac.
- 31-08-78 -Do Sr. Erondy Silvério, solicitando a inserção de um voto de pesar pelo falecimento da Sra. Isabel Sbaraini.
- 31-08-78 -Do Sr. Paulo Camargo, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Orlando Peraro.
- 12-09-78 -Do Sr. Ivo Thomazoni, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Ricardo Perin.
- 12-09-78 -Do Sr. Jurandir Messias, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Vicente Wolski.
- 12-09-78 -Do Sr. José Domingos Scarpelini, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Tolstoi Montovani.
- 12-09-78 -Do Sr. Jurandir Messias, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Onízio Manoel Varela.
- 12-09-78 -Do Sr. Quielse Crisóstomo, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Dario Guerreiro Carneiro.
- 12-09-78 -Do Sr. Luiz Roberto Soares, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Pedro Gawlak.
- 12-09-78 -Do Sr. Gabriel Sampaio, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Nelson Abrão.
- 12-09-78 -Do Sr. Egon Pudell, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Etelvino Aleinibing.
- 13-09-78 -Do Sr. Ezequias Losso, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Ivaldino Schultz.
- 13-09-78 -Do Sr. Adalberto Daros, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento da Sra. Adelina Issa Maluf.
- 19-09-78 -Do Sr. Domício Scaramella, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. João Pedro Bom.
- 19-09-78 -Do Sr. Ezequias Losso, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Luiz Crivelaro.
- 19-09-78 -Do Sr. Luiz Alberto de Oliveira, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Olegário Aires de Arruda.
- 20-09-78 -Do Sr. Accioly Neto, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Joaquim de Oliveira Sobrinho.
- 20-09-78 -Do Sr. Jurandir Messias, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Miguel Adur Filho.
- 26-09-78 -Do Sr. Dácio Leonel, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Valtinei Bastos Ferreira.
- 28-09-78 -Do Sr. Egon Pudell, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Olivo Beal.
- 03-10-78 -Dos Srs. Líderes do MDB e Arena, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento do Papa João Paulo I.
- 03-10-78 -Do Sr. Accioly Neto, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Ministro Hermes Lima.
- 03-10-78 -Do Sr. Domício Scaramella, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Dirceu Saldanha.
- 03-10-78 -Do Sr. David Federmann, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Agostinho Szatkoski.
- 03-10-78 -Do Sr. Ivo Thomazoni, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Bruno Antônio Marussig.
- 12-10-78 -Do Sr. José Domingos Scarpelini, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Dr. Audimentor Couto Mello.
- 17-10-78 -Do Sr. Accioly Neto, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Anibal Maia Goulart.
- 17-09-78 -Do Sr. Nilso Sguarezi, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Valdir Dalpasquale.
- 17-10-78 -Do Sr. Nilso Sguarezi, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Élio Gusso.
- 17-10-78 -Do Sr. Nilso Sguarezi, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Antônio Zardo.
- 17-10-78 -Do Sr. Aguinaldo Pereira Lima, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Alexandre Juglub Filho.
- 17-10-78 -Do Sr. Paulo Camargo, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Dr. Antônio Alves de Mello Feitosa.
- 25-10-78 -Do Sr. Domício Scaramella, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Severino Marrignan.
- 25-10-78 -Do Sr. Luiz Roberto Soares, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento da Sra. Stanislaw Radota.
- 25-10-78 -Do Sr. Luiz Alberto de Oliveira, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Valdomiro Rodrigues de Carvalho.
- 25-10-78 -Do Sr. Luiz Roberto Soares, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Severino Massingnan.

- 25-10-78- Do Sr. Ivan Rüppel, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Acaccio Pedroso.
- 25-10-78- Do Sr. Domício Scaramella, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Eduardo Chacorski.
- 25-10-78- Do Sr. Domício Scaramella, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Ladislau Schicorski.
- 26-10-78- Do Sr. Fidelcino Tolentino, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Zbigniew Marian Ziembinski.
- 20-11-78- Do Sr. Domício Scaramella, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento da Sra. Severina Massingnan.
- 20-11-78- Do Sr. Ezequias Losso, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Clemente Antonietto.
- 20-11-78- Do Sr. Fuad Nacli, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Nagib Sawaya.
- 24-11-78- Do Sr. Paulo Camargo, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Giorgio Chirico.
- 21-11-78- Do Sr. Gilberto Carvalho, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento dos jovens Raimundo Nonato de Souza e Édison Anacleto.

ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

- 226-78 - Transferindo para época oportuna as férias concedidas a Rubys de Souza, funcionário deste Poder.
- 227-78 - Autorizando João Batista Balim, ora à disposição deste Poder, a prestar serviços extraordinários.
- 228-78 - Marcando data para as férias concedidas a Terezinha Formighieri Simões, funcionária deste Poder.
- 229-78 - Designando os funcionários neste discriminados a constituírem Comissão de Sindicância, que especifica.
- 230-78 - Designando Celina S. Teixeira, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no Gabinete do Deputado Nelson Buffara.
- 231-78 - Concedendo à Julieta Rosa Sampaio, funcionária deste Poder, trinta dias de licença para tratamento de saúde.
- 232-78 - Designando os funcionários deste Poder, neste relacionados, a constituírem Comissão de Sindicância, que especifica.
- 233-78 - Transferindo para época oportuna as férias concedidas à Julieta Rosa Sampaio, funcionária deste Poder.
- 234-78 - Concedendo a Alfredo Presta, funcionário deste Poder, trinta dias de férias referentes ao ano de 1978.
- 235-78 - Transferindo para época oportuna, as férias concedidas a Emília de Miranda Becker, funcionária deste Poder.
- 236-78 - Constituindo Grupo de Trabalho que especifica.
- 237-78 - Transferindo para época oportuna as férias concedidas a José Cardoso de Azevedo, funcionário deste Poder.
- 238-78 - Transferindo para época oportuna as férias concedidas a Rafael de Lala Sobrinho, funcionário deste Poder.
- 239-78 - Transferindo para época oportuna as férias concedidas a Josefa Kucek Levandoski, funcionária deste Poder.
- 240-78 - Autorizando a Augusto Octavio Assumpção Borba, ora à disposição deste Poder, a prestar serviços extraordinários, conforme especifica.
- 241-78 - Transferindo para época oportuna as férias conce-

- didadas a Arlete Belmont Zeballos, funcionária deste Poder.
- 242-78 - Retificando o item II da Portaria n.º 205/78 de 31 de maio do corrente ano, referente ao funcionário Luiz Lima, deste Poder.
- 243-78 - Revogando a Portaria n.º 400/76.
- 244-78 - Autorizando Maria dos Prazeres Müller, funcionária deste Poder, a prestar serviços extraordinários, conforme determina.
- 245-78 - Revogando a Portaria n.º 61/78, e dá outras providências.
- 246-78 - Designando Rui Francisco Gabardo, funcionário deste Poder, para prestar serviços no Departamento de Divulgação e Relações Públicas, desta Assembléia.
- 247-78 - Transferindo para época oportuna as férias concedidas a José Afonso Coelho, funcionário deste Poder.
- 248-78 - Transferindo para época oportuna as férias concedidas a Gerson Nemes, funcionário deste Poder.
- 264-78 - Revogando a pedido a Portaria n.º 633/77, de 22 de agosto de 1977, e dá outras providências.
- 265-78 - Designando Julieta Rosa Sampaio, funcionária deste Poder, para prestar serviços no Gabinete da Liderança da ARENA, e dá outras providências.
- 266-78 - Transferindo para época oportuna, as férias concedidas a Ênio Medeiros, funcionário deste Poder.
- 267-78 - Transferindo para época oportuna, as férias concedidas aos funcionários deste Poder, neste relacionados.
- 268-78 - Concedendo a Plácido Cordeiro de Paula, funcionário deste Poder, trinta dias de férias referentes ao ano de 1978.
- 269-78 - Autorizando a Gesner Manfrinato, funcionário comissionado deste Poder, a prestar serviços extraordinários, conforme especifica.
- 270-78 - Transferindo para época oportuna, as férias concedidas a João Maria de Jesus Campos Araújo, funcionário deste Poder.
- 271-78 - Concedendo a Izauro Bueno, funcionária deste Poder, trinta dias de férias, referentes ao ano de 1978.
- 272-78 - Transferindo para época oportuna, as férias concedidas a José Tarquínio Isfer, funcionário deste Poder.
- 273-78 - Designado Lúcia Muchinski, funcionária deste Poder, para prestar serviços no Gabinete da Diretoria Geral desta Casa.
- 274-78 - Transferindo para época oportuna, as férias concedidas a José Suplicy de Lacerda, funcionário deste Poder.
- 275-78 - Transferindo para época oportuna, as férias concedidas aos funcionários deste Poder, neste relacionados.
- 276-78 - Concedendo a Hilton Ronald Alice, funcionário deste Poder, trinta dias de férias referentes ao ano de 1978.
- 277-78 - Transferindo para época oportuna as férias concedidas a Maria do Rocio Witoslawski, funcionária deste Poder.
- 278-78 - Transferindo para época oportuna as férias concedidas a Belmiro Martin, funcionário deste Poder.
- 279-78 - Concedendo a Eros Rüppel Abdala, funcionário deste Poder, dez dias de licença para tratamento de saúde.
- 280-78 - Antecipando as férias concedidas a Agar Leila de Mendonça Guimarães, funcionária deste Poder.
- 281-78 - Transferindo para época oportuna as férias concedidas aos funcionários deste Poder, neste relacionados.
- 282-78 - Transferindo para época oportuna as férias concedidas a Dirceu Silva funcionário contratado deste Poder.

- 283-78 - Transferindo para época oportuna as férias concedidas a Roque de Cristo, funcionário deste Poder.
- 284-78 - Designando Albino Dudul, funcionário ora à disposição deste Poder, para prestar serviço no Gabinete da 1.ª Secretaria desta Assembléia Legislativa.
- 285-78 - Transferindo para época oportuna as férias concedidas a Paulina S. Simões, funcionária deste Poder.
- 286-78 - Transferindo para época oportuna as férias concedidas a Henrique Wojcik, funcionário deste Poder.
- 287-78 - Transferindo para época oportuna as férias concedidas a Clarice Fróis de Miranda, funcionária deste Poder.
- 288-78 - Concedendo a Noir Pacheco, funcionária deste Poder, trinta dias de férias referentes ao ano de 1976.
- 289-78 - Marcando para época oportuna as férias concedidas a Eldo Gevezier, funcionário deste Poder.
- 290-78 - Revogando, a pedido, a Portaria n.º 337/76, de 9 de junho de 1976, e dá outras providências.
- 311-78 - Constituindo Comissão Especial, na forma que especifica.
- 312-78 - Concedendo reajuste nos vencimentos de Flodoaldo Trindade, funcionário deste Poder.
- 313-78 - Retificando "ex-officio", o Decreto Legislativo n.º 672/75, na forma que especifica.
- 314-78 - Retificando o Decreto Legislativo n.º 477/74, de 16 de outubro de 1974, na forma que especifica.
- 315-78 - Concedendo a Lúcia Michinski, reajuste nos vencimentos na forma que especifica.
- 316-78 - Concedendo reajuste nos vencimentos de Maria Alba Mendes Silva Gastão Barbosa Xavier, funcionária deste Poder.
- 317-78 - Designando Lilian Mary dos Santos Rebello, funcionária deste Poder, para exercer as funções de Chefe da Divisão de Taquigrafia deste Poder.
- 318-78 - Concedendo reajuste nos vencimentos de Alberto Savoia Assef, funcionário deste Poder.
- 319-78 - Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Doroti Cunha Wolker, funcionária deste Poder.
- 320-78 - Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Delta de Almeida Cardoso, funcionária deste Poder.
- 321-78 - Concedendo reajuste nos vencimentos de Roque de Cristo, funcionário deste Poder.
- 322-78 - Concedendo reajuste nos vencimentos de Ruy Ribas de Oliveira, funcionário deste Poder.
- 323-78 - Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de José Carlos Janjão, funcionário deste Poder.
- 324-78 - Concedendo reajuste nos vencimentos de Ênio Sant'angelo Malheiros, funcionário deste Poder.
- 325-78 - Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Dino José de Almeida, funcionário deste Poder.
- 326-78 - Mandando incorporar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Lady Cunha, e dá outras providências.
- 327-78 - Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Maria S.M.A. Gurgel, funcionária deste Poder.
- 328-78 - Mandando pagar a Ingrid Magda Riedel Mendes, viúva do ex-funcionário deste Poder, Rubens Padilha Mendes, importância que especifica.
- 329-78 - Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Luciano Lacerda Filho, funcionário deste Poder.
- 330-78 - Retificando o Decreto Legislativo n.º 716/77, de 6 de dezembro de 1977, na forma que especifica.
- 331-78 - Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Celso Araújo Júnior, funcionário deste Poder.
- 332-78 - Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Elcy da Silva Batista, funcionária deste Poder.
- 333-78 - Mandando incorporar, ao acervo de serviço público, tempo de serviço em favor de Celi E. Galiano, funcionária deste Poder.
- 334-78 - Revogando as Portarias nºs 1/76 e 637/76, na forma que especifica.
- 335-78 - Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Plácido C. de Paula, funcionário deste Poder.
- 336-78 - Mandando retificar "ex-officio", o Decreto Legislativo n.º 499/77, de 5 de julho de 1977, e dá outras providências.
- 337-78 - Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de José Alves Guimarães, funcionário deste Poder.
- 338-78 - Concedendo reajuste nos vencimentos de José O.A. G. Redondo, funcionário deste Poder.
- 339-78 - Concedendo reajuste nos vencimentos de Dario Fortunato Darif, funcionário deste Poder.
- 340-78 - Concedendo reajuste nos vencimentos de Fabiano Siqueira Cunha, funcionário deste Poder.
- 341-78 - Mandando pagar pensão a Mafalda S. Lopes, viúva do ex-Deputado Antônio Lopes Júnior, na forma que especifica.
- 344-78 - Constituindo Comissão Especial de Promoções, para os fins que especifica.
- 345-78 - Provendo Fausto Luiz Abry, no cargo de Consultor Legislativo, funcionário deste Poder.
- 346-78 - Tornando sem efeito, o Decreto Legislativo n.º 170/68, de abril de 1978, e dá outras providências.
- 347-78 - Provendo, no cargo de Secretário de Comissão, Umbelina Carraro Santos, funcionária deste Poder.
- 348-78 - Provendo Acyr Teixeira, funcionário deste Poder, no cargo de Secretário de Comissão deste Poder.
- 349-78 - Provendo na inicial da Série de classes de Advogado, o funcionário deste Poder, José G. Filgueiras.
- 350-78 - Provendo no cargo de Auxiliar Técnico, Edmir Enézio da Silva, funcionário deste Poder.
- 362-78 - Aposentando, a pedido, Umbelina Carraro Santos, funcionária deste Poder.
- 363-78 - Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Gilberto Daros.
- 364-78 - Mandando incorporar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Lélío G. S. Maior, funcionário deste Poder.
- 365-78 - Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de José Cláudio Luz, funcionário deste Poder.
- 366-78 - Provendo Loizel R. Bittencourt, no cargo de Secretário de Comissão, da Secretaria deste Poder.
- 367-78 - Concedendo reajuste nos vencimentos de Gerson E. Passos, funcionário deste Poder.
- 368-78 - Retificando "ex-officio", o Decreto Legislativo n.º 442/76, de 3 de junho de 1976, na forma que especifica.
- 369-78 - Retificando o Decreto Legislativo n.º 374-77, de 19 de maio de 1977, na forma que especifica.
- 370-78 - Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Maria José Távora Gil Belém, funcionária deste Poder.
- 371-78 - Concedendo reajuste nos vencimentos de Eros Rüppel Abdala, funcionário deste Poder.

- 372-78 - Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de João Cruz, funcionário deste Poder.
- 375-78 - Provendo por merecimento, digo promovendo Osmar Luiz Delagassa Passos, funcionário deste Poder.
- 376-78 - Provendo na inicial da Série de Classes de Advogados Ihor Baraniuck, funcionário deste Poder.
- 377-78 - Concedendo reajuste nos vencimentos de Maria Stella M. A. Gurgel, funcionária deste Poder.
- 378-78 - Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Adairton B. Santos, funcionário deste Poder.
- 379-78 - Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de José G. Filgueiras, funcionário deste Poder.
- 380-78 - Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Ronaldo L. Linhares, funcionário deste Poder.
- 381-78 - Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Agildes O. Martins, funcionário deste Poder.
- 382-78 - Mandando incorporar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Celso Araújo Júnior, funcionário deste Poder.
- 383-78 - Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Gabriel Luiz Franceschi, funcionário deste Poder.
- 384-78 - Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Neusa Olívia Melara, funcionária deste Poder.
- 385-78 - Mandando pagar a Maria Eliza Moro, remuneração que especifica.
- 386-78 - Tornando sem efeito o Decreto Legislativo n.º 650/77, de 11 de outubro de 1977, e dá outras providências.
- 387-78 - Concedendo reajuste nos vencimentos de Sofia Kolosovski, funcionária deste Poder.
- 388-78 - Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Valdomira Demeterco, funcionária deste Poder.
- 389-78 - Concedendo reajuste nos vencimentos de Terezinha B.M. e Claro, funcionária deste Poder.
- 390-78 - Concedendo reajuste nos vencimentos de José de Arimatéia Cleto, funcionário deste Poder.
- 391-78 - Concedendo reajuste nos vencimentos de Maria do Carmo de Oliveira, funcionária deste Poder.
- 392-78 - Mandando incorporar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Acir Vilatore, funcionário deste Poder.
- 393-78 - Revogando, a pedido, o Decreto Legislativo n.º 566-77.
- 394-78 - Aposentando, a pedido, Maria S.M. A. Gurgel, funcionária deste Poder.
- 395-78 - Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Miguel J. Nassar Neto, funcionário deste Poder.
- 396-78 - Mandando incorporar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Rafael de Lala Sobrinho, funcionário deste Poder.
- 397-78 - Concedendo reajuste nos vencimentos de José Joaquim, funcionário deste Poder.
- 398-78 - Exonerando, a pedido, Natércia Chagas, funcionária comissionada deste Poder.
- 399-89 - Provendo Natércia Chagas, no cargo de Comissão que especifica, e dá outras providências.
- 400-78 - Concedendo pensão mensal a Zeli Aureliano S. Machado, viúva do ex-Deputado Benedito Lúcio Machado.
- 461-78 - Designando Geni Carneiro, funcionária deste Poder, para substituir Francisco Accioly Rodrigues da Costa Neto, no cargo que especifica, durante o impedimento do mesmo.
- 462-78 - Designando Luiz Fernando Malheiros Carneiro, funcionário deste Poder, para substituir Clóvis S. Souza, durante o impedimento deste.
- 479-78 - Concedendo reajuste nos vencimentos de Jacyra Machado Batista, funcionária deste Poder.
- 480-78 - Retificando "ex-officio", o Decreto Legislativo n.º 47-66, de 28 de janeiro de 1966, na forma que especifica.
- 481-78 - Concedendo licença especial a Marlene Perri Gonçalves, funcionária deste Poder.
- 482-78 - Atribuindo a Albino Sudul, ora à disposição deste Poder, gratificação que especifica.
- 483-78 - Concedendo reajuste nos vencimentos de João Maria Serpa, funcionário deste Poder.
- 484-78 - Aposentando, a pedido, João André Clele, funcionário deste Poder.
- 485-78 - Concedendo reajuste nos vencimentos de Maria Alexandrina Pôncio, funcionária deste Poder.
- 486-78 - Atribuindo ao funcionário Pedro Dissenha, ora à disposição deste Poder, função gratificada que especifica.
- 487-78 - Concedendo reajuste nos vencimentos de Doroti Cunha Wolkmer, funcionária deste Poder.
- 486-78 - Retificando o Decreto Legislativo n.º 468/78, de 24 de agosto de 1978.
- 489-78 - Revogando, a pedido, o Decreto Legislativo n.º 202/77, de 11 de abril de 1977.
- 490-78 - Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Celso Faraco, funcionário deste Poder.
- 491-78 - Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Alba Lígia A. Garcia, funcionária deste Poder.
- 492-78 - Revogando a Portaria n.º 413/77, na parte a que se refere a Iracilda S. Sertório, funcionária deste Poder, e dá outras providências.
- 493-78 - Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Walter José Peixer, funcionário deste Poder.
- 463-78 - Mandando incorporar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Antônio Carlos Dantas, funcionário deste Poder.
- 464-78 - Revogando, a pedido, o Decreto Legislativo n.º 638/75, de 11 de setembro de 1975, e dá outras providências.
- 465-78 - Designando José Elias Martins, funcionário deste Poder, para exercer as funções de Auxiliar de Gabinete da 3.ª Secretaria deste Poder.
- 466-78 - Designando Rui Ribas de Oliveira, funcionário deste Poder, para exercer as funções de Auxiliar de Gabinete da 1.ª Secretaria desta Assembléia.
- 467-78 - Mandando incorporar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Norma Buest Rosário, funcionária deste Poder.
- 468-78 - Concedendo reajuste nos vencimentos de Myrian C.M. Teixeira, funcionária deste Poder.
- 469-78 - Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Celina Bianchi, funcionária deste Poder.
- 470-78 - Mandando incorporar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Maria Alba Mendes S.G.B. Xavier, funcionária deste Poder.
- 471-78 - Mandando pagar a Deise Xavier Del Corso, funcionária contratada deste Poder, gratificação que especifica.

- 472-78 - Concedendo reajuste nos vencimentos de Elcy da Silva Batista, funcionária deste Poder.
- 473-78 - Concedendo reajuste nos vencimentos de Albino de Brito Freire, funcionário deste Poder.
- 474-78 - Revogando, a pedido, o Decreto Legislativo n.º 564/75, de 28 de julho de 1975, na forma que determina.
- 475-78 - Revogando, a pedido, o Decreto Legislativo n.º 564-75, de 28 de julho de 1975, na parte que se refere a Eleni Silveira, funcionária deste Poder.
- 476-78 - Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Nelson Emílio Marques, funcionário deste Poder.
- 477-78 - Concedendo reajuste nos vencimentos de José Alves Guimarães, funcionário deste Poder.
- 478-78 - Concedendo reajuste nos vencimentos de Hilza dos Santos Lopes, funcionária deste Poder.
- 494-78 - Mandando incorporar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Fausto Luiz Abry, funcionário deste Poder.
- 495-78 - Concedendo reajuste nos vencimentos do Sr. José Maria Zanardini de Camargo, funcionário deste Poder.
- 496-78 - Mandando retificar, "ex-officio", o Decreto Legislativo n.º 416-75, de 24 de junho de 1975, e dá outras providências.
- 497-78 - Designando Ary Natal Chemin, funcionário deste Poder, para exercer as funções de Secretário da Comissão de Turismo deste Poder.
- 498-78 - Revogando, a pedido, o Decreto Legislativo n.º 183/77, de 5 de abril de 1977, e dá outras providências.
- 499-78 - Revogando, a pedido, o Decreto Legislativo n.º 380-77, de 19 de maio de 1977, e dá outras providências.
- 500-78 - Revogando, a pedido, o item II, do Decreto Legislativo n.º 379-77, de 19 de maio de 1977, e dá outras providências.
- 501-78 - Concedendo reajuste nos vencimentos de Marlene de Brito Perrone, funcionária deste Poder.
- 502-78 - Concedendo reajuste nos vencimentos de Antônio Carlos Lacerda, funcionário deste Poder.
- 503-78 - Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Umberto Moro Redeschi, funcionário deste Poder.
- 504-78 - Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Leny Saboya, funcionária deste Poder.
- 505-78 - Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de José Suplicy de Lacerda, funcionário deste Poder.
- 506-78 - Designando João Martins Sobrinho, funcionário deste Poder, para exercer as funções de Assessor de Gabinete da 2.ª Secretaria deste Poder.
- 507-78 - Designando Osvaldo Marques, funcionário deste Poder, para exercer as funções de Chefe da Divisão de Almoxarifado, enquanto perdurar o afastamento do titular.
- 508-78 - Revogando, a pedido, o Decreto Legislativo n.º 311-77, de 10 de maio de 1977, e dá outras providências.
- 509-78 - Mandando retificar "ex-officio", o Decreto Legislativo n.º 491, de 10 de outubro de 1968, na forma que especifica.
- 510-78 - Revogando, "ex-officio", a Portaria n.º 360-76, de 21 de junho de 1976, e dá outras providências.
- 511-78 - Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de José Rosa Filho, funcionário deste Poder.
- 512-78 - Exonerando, a pedido, Ayrton Ferreira Precoma, funcionário deste Poder, do cargo que especifica.
- 513-78 - Provendo Marlene da Cruz Valle, funcionária deste Poder, o cargo de Assessor de Gabinete junto ao Gabinete do Deputado Jurandir Messias.
- 514-78 - Designando Severo Olímpio Sotto Maior, funcionário deste Poder, para exercer as funções de Auxiliar de Gabinete na 3.ª Secretaria desta Assembléia.
- 515-78 - Revogando, a pedido, o item II do Decreto Legislativo n.º 213/77, de 11 de abril de 1977.
- 516-78 - Revogando, a pedido, o Decreto Legislativo n.º 241-77, de 29 de abril de 1977, e dá outras providências.
- 517-78 - Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Jair Cordeiro Ferreira Alves, funcionário deste Poder.
- 518-78 - Aposentando, a pedido, Ernesto Gomes Cordeiro, funcionário deste Poder.
- 519-78 - Retificando o nome de Joana Maciel Farias, funcionária deste Poder, para Joana Maciel Faria.
- 520-78 - Retificando o nome do funcionário deste Poder, Valdecir Nassar, para Valdicir Nassar.
- 521-78 - Concedendo pensão mensal a Nela Menghini Chede, viúva do ex-Deputado João Chede, falecido no dia 29 de julho de 1978.
- 522-78 - Designando Sílvia Peixoto Granado, funcionária deste Poder, para exercer as funções de Oficial de Gabinete da 2.ª Secretaria desta Assembléia.
- 523-78 - Designando Iglair Smaniotto, funcionária deste Poder, para exercer as funções de Chefe da Seção de Documentação Histórica, enquanto perdurar o afastamento do titular.
- 524-78 - Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Sérgio Manoel Poplade Cercal, funcionário deste Poder.
- 525-78 - Exonerando, a pedido, Luiz Francisco Fontoura, funcionário deste Poder.
- 526-78 - Concedendo reajuste nos vencimentos de Siomara Lopes Gomide, funcionária deste Poder.
- 527-78 - Exonerando, a pedido, Ivanise Maria da Costa, lotada no Gabinete do Deputado Fidelcino Tolentino.
- 528-78 - Provendo Amasília Araújo Bruel, no cargo de Assessor de Gabinete no Gabinete do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.
- 529-78 - Revogando, a pedido, o Decreto Legislativo n.º 389-77, na parte que se refere a Rogério Fabiano Neves da Cruz, funcionário deste Poder, e dá outras providências.
- 530-78 - Revogando, a pedido, o Decreto Legislativo n.º 561-75, e dá outras providências.
- 531-78 - Designando Laertes Luiz Foggato, funcionário deste Poder, para secretariar a Comissão neste especificada.
- 532-78 - Revogando, a pedido, o Decreto Legislativo n.º 78-77, na forma que especifica, e dá outras providências.
- 533-78 - Revogando, a pedido, o Decreto Legislativo n.º 78-75, na parte que se refere ao funcionário Hilton Ronald Alice, da Secretaria deste Poder.
- 534-78 - Designando Luiz Fernando Tártara Ribas, funcionário deste Poder, para exercer as funções de Chefe do Serviço de Cerimonial desta Assembléia.
- 535-78 - Retificando o Decreto Legislativo n.º 520-78, na forma que especifica.
- 536-78 - Designando Josefa Kucek Levandoski, funcionária deste Poder, para exercer as funções de Auxiliar de Gabinete do Departamento de Pessoal desta Assembléia.

- 536-78 - Designando Cleide Angelina Molinari da Silva, funcionária deste Poder, para exercer as funções de Chefe da Seção Administrativa de Pessoal.
- 538-78 - Designando José Alves Guimarães, funcionário deste Poder, para exercer as funções de Chefe da Seção de Controle e Movimentação de Processos do D.A. (Departamento Administrativo), da Secretaria desta Assembléia.
- 539-78 - Designando Maximínio Cardoso, funcionário deste Poder, para exercer as funções de Chefe da Seção de Transportes do D.A. (Departamento Administrativo), deste Poder.
- 540-78 - Concedendo reajuste nos vencimentos de Antônio S. Cunha Gebran, funcionário deste Poder.
- 541-78 - Mandando retificar o Decreto Legislativo n.º 212/78, e dá outras providências.